



## AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2025 e Relatório dos Auditores Independentes





## Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores

Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S/A - DESENVOLVE**

Maceió/AL

## Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **Agência de Fomento de Alagoas - DESENVOLVE** (“**Agência**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo da Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

## Base para opinião com ressalva

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme Nota Explicativa nº 5, a Agência apresenta registrado no seu ativo a título de “Operações de Crédito” o montante de R\$ 21.976 mil. Deste total, cerca de R\$ 1.372 mil é referente a operações liberadas da linha pro-renda, em observância a Lei Estadual nº 8.467 de 14 de julho de 2021, em que autorizou o Governo do Estado de Alagoas (Acionista Majoritário) arcar com o total dos juros das operações e adicionalmente a amortização de 50% (cinquenta por cento) do principal dos empréstimos tomados por clientes Micro Empreendedores Individuais “MEI” e contribuintes do “SIMPLES”. Contudo, não foram apresentados controles e conciliação dos saldos de forma segregada para os ativos financeiros de responsabilidade dos clientes tomadores do crédito e a contrapartida do Governo do Estado de Alagoas e suas respectivas baixas e recebimentos, prejudicando a classificação dos ativos e identificação de ativos com problemas de recuperação. Em decorrência dessas limitações, não temos como opinar sobre a recuperabilidade do ativo no montante de R\$ 1.372 mil, sua classificação contábil apropriada, a suficiência da provisão constituída e os efeitos potenciais no resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## Ênfase

### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras, que indica que a Agência

incorreu prejuízo de R\$ 6.324 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e apresenta prejuízo acumulado de R\$ 40.660 mil. Conforme apresentado na Nota 2.1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Agência, necessitando de planejamento econômico e financeiro, repasse de valores e/ou aporte de recursos originados do seu acionista majoritário o Governo do Estado de Alagoas . Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Informações Comparativas**

Chamamos atenção para a nota explicativa 3, que descreve que as demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. No qual houve a dispensa da apresentação das demonstrações financeiras comparativas em relação a exercícios anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Agência é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 23 de março de 2026.

Emerson Auditores e Consultores S/S  
Auditores Independentes  
CRC/RN 547/O-8 “S” AL

José Diego Braz da Silva  
Contador  
CRC/RN 10575/O-9 “S” AL

# Relatório de Gestão

**Relatório com os principais resultados da DESENVOLVE,  
Exercício Findo de 2025**



## 1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

### 1.1. IDENTIFICAÇÃO E DECLARAÇÃO DE MISSÃO E VISÃO DA DESENVOLVE

A DESENVOLVE foi constituída na forma de sociedade anônima, tem como acionistas: o Estado de Alagoas com 99,99% das ações, a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas - FIEA, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Alagoas - FECOMERCIO, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas - FAEAL e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Maceió - CDL que juntos detêm 0,01% das ações, vinculada à (SEGOV), com sede e foro em Maceió, e tem como missão “Criar soluções para indução e aceleração do desenvolvimento sustentável com inclusão social e produtiva no Estado de Alagoas. ”A visão da empresa é ser referência para o Estado de Alagoas como agência sustentável, formuladora de políticas públicas e parceira na construção de soluções de desenvolvimento.

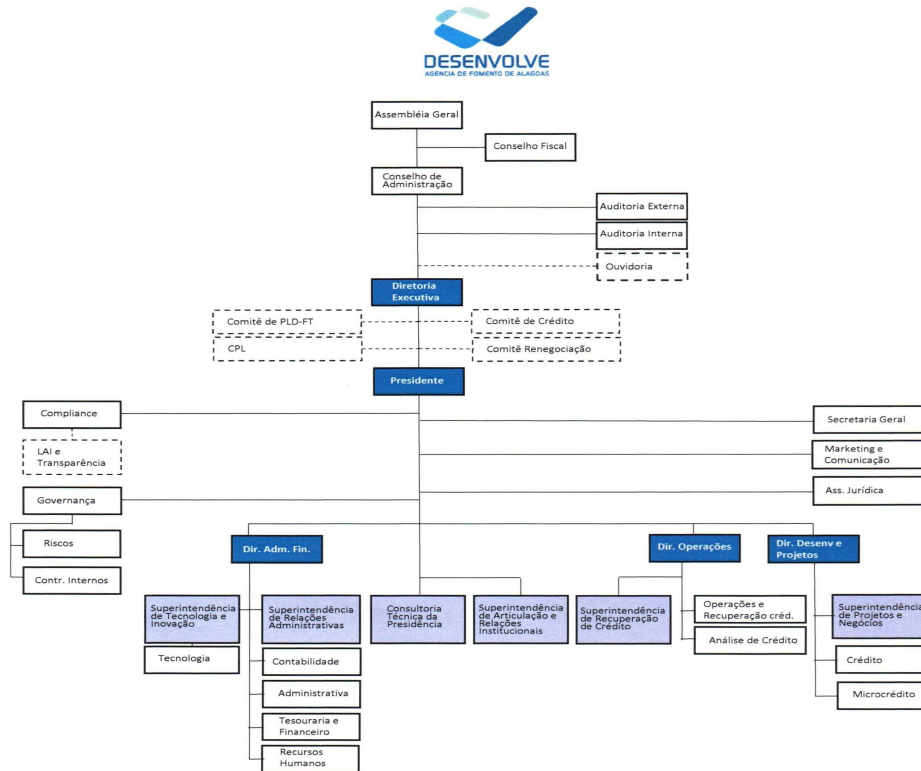
Sua criação foi autorizada pela Lei Estadual nº 6.488, de 16 de junho de 2004, com alterações estabelecidas pelas Leis Estaduais nº 6.607, de 30 de junho de 2005, nº 7.409, de 30 de agosto de 2012, pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, constituída sob forma de Sociedade de Economia Mista nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sob o controle acionário do Estado de Alagoas, facultada a participação societária da União, municípios alagoanos e de acionistas estatais ou privados.

A DESENVOLVE iniciou suas atividades em 15 de abril de 2009, está vinculada legal e estatutariamente à Secretaria de Estado de Governo – SEGOV, com autorização do Banco Central para seu funcionamento.

Além das referidas normas, a empresa também é regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 52.555, de 14 de março de 2017, pela Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 e demais legislações aplicáveis.

## 1.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL (organograma)

A DESENVOLVE finalizou o exercício de 2025 com a seguinte estrutura organizacional:

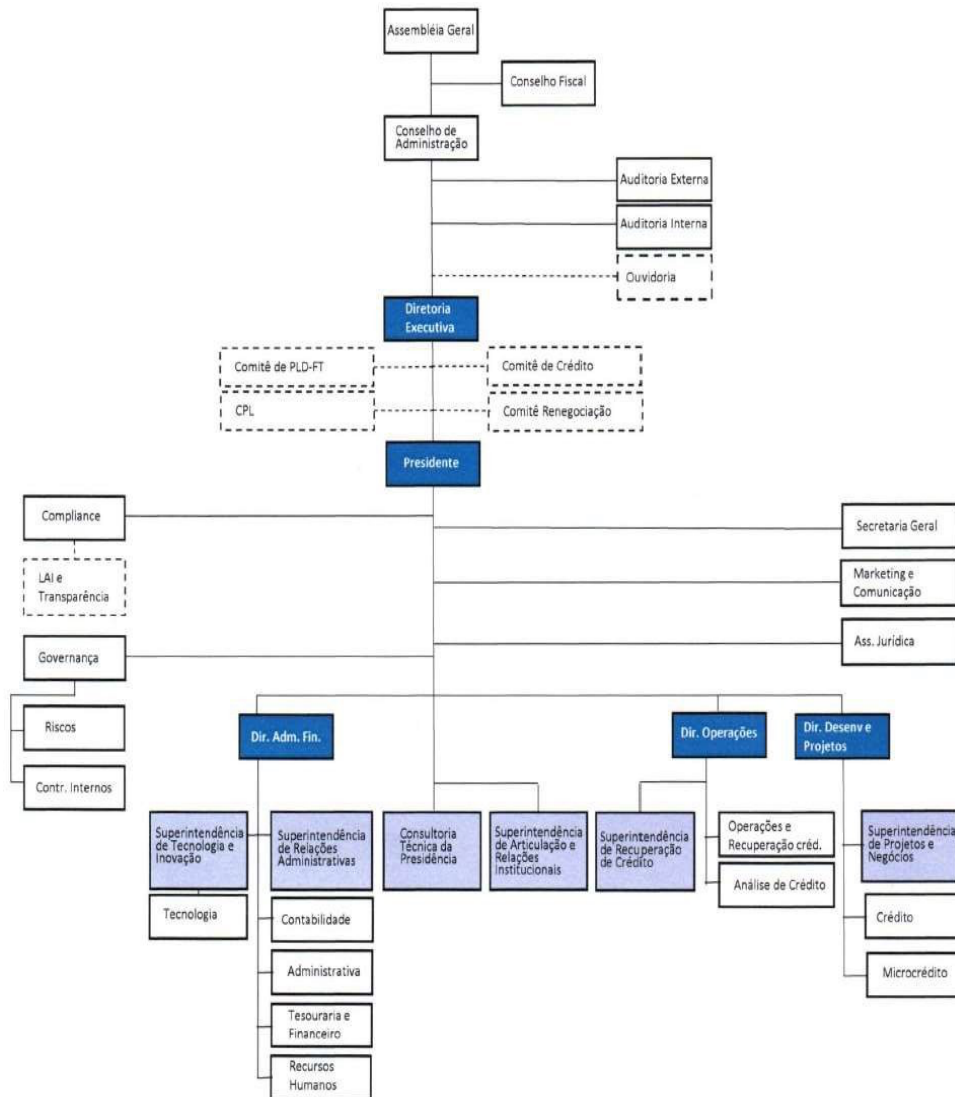


**Organograma**  
Agência de Fomento de Alagoas S.A.

Rev	Revisado pelo Compliance	Data de Revisão	Aprovado pela Diretoria Executiva	Data de Aprovação
05/2023	Antunes Costa	23/08/2023	EdUARDO BASTIEN BARBERO	23/08/2023

*(Inclui assinaturas e rubricas de: Antunes Costa, Carolina Almeida, EdUARDO BASTIEN BARBERO, Michel Pereira de Barros e Antonio Tarciso Cavalcanti Neto)*

### 1.2.1. DESCRIÇÃO DE CARGOS GERENCIAIS



### 1.3. MISSÃO INSTITUCIONAL DOS ÓRGÃOS DA EMPRESA

#### 1.3.1. ASSEMBLEIA GERAL

De acordo com Estatuto Social, a Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os assuntos relativos ao objeto social da Agência e tomar as resoluções que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento.

#### 1.3.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração tem por missão institucional principal cumprir e fazer cumprir o Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral, além de competências gerenciais da empresa, como eleger e destituir os Diretores da Desenvolve, escolher e destituir Auditores independentes, aprovar regimentos, políticas e códigos internos da empresa e práticas de governança corporativa e de controle de orçamento, informações contábeis e financeiras da empresa.

Ao longo do exercício de 2025 foram realizadas 12 (doze) Reuniões Ordinárias, que aconteceram mensalmente e 01 (uma) Reunião Extraordinária, conforme previsão do Estatuto Social da empresa. O Conselho prestou um papel essencial nas decisões estratégicas da empresa, sempre alinhadas com as diretrizes proporcionando suporte à Diretoria e direcionando a empresa a trabalhar com segurança e com as melhores práticas. Adicionalmente, segue a composição do Conselho de Administração em 2025:

- **Victor Vigolvino Figueiredo**, Presidente do Conselho de Administração de
- **Eduardo Brasil Barreto**, Vice-Presidente do Conselho de Administração
- **Bruno Leitão Praxedes**, Conselheiro
- **Fernando Soares Azevedo**, Conselheiro
- **Gustavo Ressurreição Lopes**, Conselheiro
- **Renata dos Santos**, Conselheiro
- **Vitor Hugo Pereira da Silva**, Conselheiro

#### 1.3.3. CONSELHO FISCAL

É órgão de funcionamento permanente, composto por 03 (três) membros, residentes no País, com formação acadêmica compatível com o exercício da função e que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou administrador em empresa, e eleitos pela Assembleia Geral Ordinária.

Ao longo do exercício de 2025 foram realizadas 07 (sete) Reuniões Ordinárias e 05 (cinco) Reuniões Extraordinárias do Conselho Fiscal, conforme preceitua o Estatuto Social da empresa.

Na ocasião das reuniões foram aprovados as demonstração financeiras do 2º semestre de 2024 e os balancetes relativos do 1º e 2º trimestre de 2025, relativos as movimentações dos gastos com pessoal, custeio e capital da empresa, os quais foram todos aprovados pelo Conselho.

Em 06/06/2025, foi registrado a assinatura do Termo de Posse do Conselho Fiscal eleito para o mandato 2025-2027, homologado pelo Banco Central da nova composição do Conselho Fiscal, através do Ofício 13308/2025-BCB/DEORF/GTREC. Adicionalmente, segue a composição do Conselho Fiscal em 2025:

- **Luciana Lemos**, Presidente do Conselho
- **Caroline Boner Cunha**, Conselheira
- **Adely Roberta Meireles de Oliveira**, Conselheira

#### 1.3.4. DIRETORIA EXECUTIVA

Conforme seu Estatuto Social, a Diretoria da DESENVOLVE é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Administrativo e Financeiro, um Diretor de Operações e um Diretor de Desenvolvimento e Projetos a quem cumpre a missão institucional de cumprir as metas e resultados estabelecidos pelo Conselho de Administração, observados os fins específicos da Agência, além de ser o órgão competente para elaborar, realizar e cumprir as políticas, códigos, regimentos e relatórios internos da empresa, realizar aquisições, representar a companhia ativa e passivamente e deliberar sobre as modelagens técnicas, econômico-financeiras e jurídicas, e submetê-las à deliberação do Conselho de Administração.

Os critérios de elegibilidade de administradores, prazos de gestão e atribuições são fixados pelo Estatuto Social da Agência de Fomento de Alagoas – DESENVOLVE, e segue os requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto Estadual nº52.555/17.

Adicionalmente, segue a composição da Diretoria da DESENVOLVE em 2025:

- **Eduardo Brasil Barreto**, Diretor Presidente
- **Antônio Tenório Cavalcante Neto**, Diretor Administrativo Financeiro
- **Caroline Albuquerque Toledo**, Diretora de Desenvolvimento e Projetos
- **Michael Pereira de Barros**, Diretor de Operações

## 2. GESTÃO DE RISCO

O Setor de Riscos (SRI) constitui unidade de assessoramento diretamente subordinada à Presidência, responsável por apoiar a Alta Administração na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos riscos inerentes às atividades da instituição.

No decorrer do segundo semestre de 2025, o Setor de Riscos deu continuidade às atividades de gerenciamento de riscos da instituição, passando a atuar de forma estruturada e alinhada às diretrizes estabelecidas pela ISO 31000. Nesse contexto, foram adotadas práticas voltadas à identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos institucionais, em consonância também com os parâmetros regulatórios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557, editada pelo Banco Central do Brasil. As atividades desenvolvidas tiveram como base o mapeamento de ameaças e oportunidades, contribuindo para o fortalecimento da governança e para o aprimoramento do processo de tomada de decisão pela Administração.

### 2.1. PARÂMETROS DE RISCO PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO

O Setor de Riscos, quando demandado, atua diretamente no processo de desenvolvimento e estruturação de novas linhas de crédito e produtos financeiros, acompanhando e avaliando os principais riscos envolvidos nas operações propostas. Nesse contexto, o setor realiza análises técnicas e emite pareceres especializados quanto à viabilidade e à continuidade das iniciativas apresentadas, contribuindo para que as decisões institucionais sejam tomadas com base em critérios técnicos e alinhadas às boas práticas de gestão de riscos.

Adicionalmente, após a emissão de parecer técnico favorável ou desfavorável, o Setor de Riscos procede à definição de parametrizações específicas para cada operação, considerando as diretrizes regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como fatores internos e externos relevantes para o adequado processo de análise e concessão de crédito. Essas parametrizações visam assegurar maior segurança, transparência e eficiência nas operações realizadas pela instituição.

### 2.2. (OVA) VISÃO GLOBAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS – RELATÓRIO PILAR 3

Em dezembro de 2025, foi realizada a revisão e aprovação do Relatório Pilar 3, documento que tem como objetivo promover maior transparência das informações relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos e de capital da instituição, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Acordo de Basileia e pelas normas prudenciais do Banco Central do Brasil.

O relatório apresenta de forma estruturada as principais informações referentes à gestão de riscos da Agência, contemplando aspectos relacionados à governança, às metodologias adotadas para identificação, mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos, bem como às práticas utilizadas para acompanhamento da adequação de capital. Nesse contexto, o documento segue o formato de divulgação definido para o Pilar 3 – Disciplina de Mercado, que busca fortalecer a transparência institucional e permitir maior compreensão, por parte das partes interessadas, sobre a exposição da instituição aos diferentes tipos de riscos.

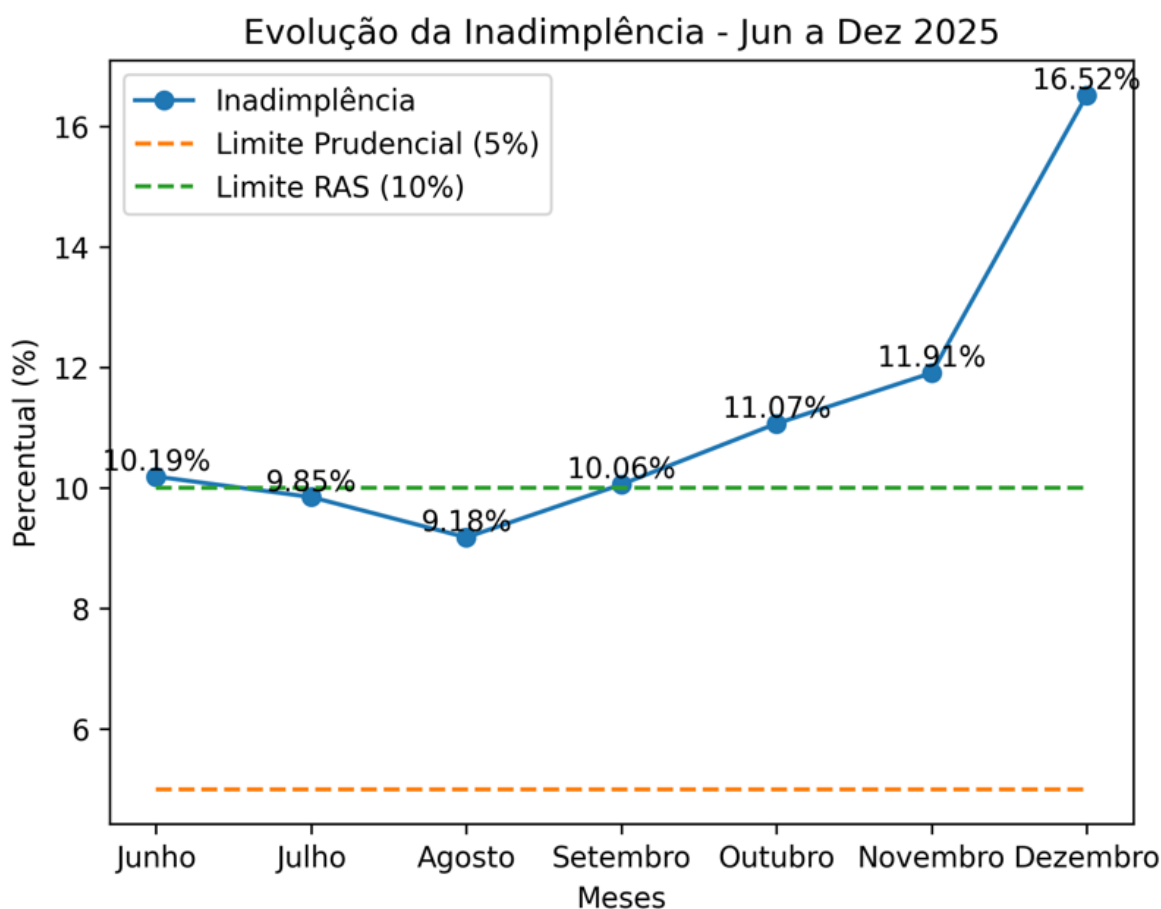
No âmbito da Agência, o Relatório Pilar 3 contempla a consolidação das informações referentes à estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo a descrição das políticas institucionais, dos processos de controle e das responsabilidades atribuídas às instâncias de governança. O documento também evidencia as diretrizes relacionadas ao acompanhamento das operações de crédito, à definição de limites operacionais e aos mecanismos de mensuração e monitoramento de resultados, permitindo uma visão integrada da gestão de riscos.

Os processos e atividades implementados para assegurar que os riscos da Agência sejam devidamente identificados, mensurados, monitorados e mitigados seguem rigorosamente as políticas internas, bem como os manuais e estruturas de gerenciamento de riscos aprovados pelo Diretor-Presidente, pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração. Tais processos contam com a participação integrada das áreas técnicas, de negócios e operacionais, que atuam de forma coordenada na definição das diretrizes e metodologias aplicadas, em conformidade com os normativos internos e com as regulamentações estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

Além disso, o relatório evidencia as práticas adotadas pela instituição para garantir a adequada gestão das exposições a risco, incluindo o acompanhamento periódico dos indicadores prudenciais, a observância dos limites estabelecidos para as operações e o fortalecimento contínuo da estrutura de governança e controles internos.

## 2.5. ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

No que se refere à inadimplência, o Setor de Riscos realiza o **monitoramento mensal da evolução desse indicador**, com o objetivo de identificar tendências de aumento ou redução e avaliar seus impactos sobre a carteira de crédito da instituição. A partir dessas análises, o setor promove a **atualização contínua dos parâmetros de risco**, além de orientar as áreas internas quanto às melhores práticas e procedimentos voltados à mitigação desse indicador.



O gráfico apresenta a evolução da **taxa de inadimplência da Agência Desenvolve/AL no período de junho a dezembro de 2025**, comparando o comportamento do indicador com dois parâmetros de controle estabelecidos pela política de gestão de riscos da instituição:

- **Limite Prudencial: 5%**
- **Limite definido no RAS (Declaração de Apetite ao Risco): 10%**

Esses limites funcionam como referências para o acompanhamento da qualidade da carteira de crédito e para a definição de eventuais medidas de mitigação de risco.

### Situação Observada

**Junho(10,19%)**

A taxa de inadimplência manteve-se **ligeiramente acima do limite estabelecido no RAS (10%)**, indicando que o indicador já se encontrava em patamar superior ao apetite ao risco definido pela instituição, demandando monitoramento contínuo e atenção por parte da gestão.

#### **Julho (9,85%)**

Observou-se **redução do indicador**, que voltou a situar-se **dentro do limite de apetite ao risco**, ainda que permanecendo significativamente acima do limite prudencial de 5%. Esse movimento sinalizou uma melhora momentânea na qualidade da carteira.

#### **Agosto(9,18%)**

O índice apresentou **nova redução**, consolidando tendência temporária de melhora e permanecendo dentro do limite do RAS, embora ainda distante do patamar prudencial desejável.

#### **Setembro(10,06%)**

A inadimplência voltou a **ultrapassar marginalmente o limite do RAS**, indicando possível reversão da tendência de redução observada nos meses anteriores e reforçando a necessidade de acompanhamento mais rigoroso da carteira.

#### **Outubro (11,07%) e Novembro (11,91%)**

Nos meses seguintes, observou-se **trajetória de crescimento gradual da inadimplência**, mantendo o indicador acima do limite de apetite ao risco. Esse comportamento evidencia deterioração progressiva da qualidade da carteira de crédito, demandando intensificação das medidas de monitoramento e mitigação.

#### **Dezembro(16,52%)**

No encerramento do exercício, verificou-se **elevação expressiva do indicador**, atingindo o maior patamar do período analisado. Esse resultado reflete aumento significativo do nível de risco da carteira e reforça a necessidade de adoção de estratégias voltadas ao fortalecimento dos processos de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

#### **Considerações Gerais**

De forma geral, observa-se que, ao longo do segundo semestre de 2025, a taxa de inadimplência apresentou **oscilações ao redor do limite definido no RAS**, com tendência de elevação mais acentuada a partir do último trimestre do ano. Esse comportamento

evidencia a importância do monitoramento contínuo por parte do Setor de Riscos, bem como da adoção de medidas preventivas e corretivas voltadas à preservação da qualidade da carteira de crédito da instituição.

## 2.6. PARECERES TÉCNICOS DE RISCOS

O **Setor de Gestão de Riscos** é responsável pela elaboração e emissão de **pareceres técnicos especializados** relacionados a atividades que envolvam exposição a riscos institucionais, dentre as quais se destacam:

- Criação de novas linhas de crédito;
- Desenvolvimento de novos produtos e serviços financeiros;
- Reclassificação de rating de operações ou clientes;
- Análise de outras iniciativas institucionais que possam implicar exposição a riscos relevantes.

O objetivo dessas análises é realizar uma **avaliação qualitativa e quantitativa dos agentes de risco envolvidos**, considerando os potenciais impactos sobre a carteira de crédito e sobre a estrutura de gerenciamento de riscos da instituição. Essas avaliações são conduzidas em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557, editada pelo Banco Central do Brasil, bem como com os parâmetros metodológicos adotados no âmbito da **Gestão Integrada de Riscos (GIR)** da Agência.

No **segundo semestre de 2025**, foram elaborados **seis pareceres técnicos** que demandaram manifestação formal do Setor de Gestão de Riscos, contribuindo para o fortalecimento da governança institucional e para a tomada de decisão fundamentada pela Administração.

## 2.7. ÍNDICE DE LIQUIDEZ

A Desenvolve/AL adotou metodologia estruturada para apuração e análise dos principais **índices de liquidez**, com base nas informações constantes no **Balanco Patrimonial** da instituição. Os indicadores calculados foram:

- **ILG – Índice de Liquidez Geral**
- **ILC – Índice de Liquidez Corrente**
- **ILS – Índice de Liquidez Seca**

Os dados utilizados para o cálculo desses índices são extraídos exclusivamente do Balanço Patrimonial, demonstração contábil que evidencia a posição patrimonial e financeira da entidade em determinada data, permitindo a avaliação da composição dos ativos e passivos e da estrutura de capital da instituição.

A apuração periódica desses indicadores possibilita o monitoramento da capacidade da Agência de honrar suas obrigações financeiras, tanto de curto quanto de longo prazo, servindo como instrumento de suporte à gestão financeira e à tomada de decisão estratégica.

Ressalta-se a importância de que as demonstrações contábeis estejam permanentemente atualizadas e devidamente conciliadas, assegurando a precisão, confiabilidade e transparência das informações utilizadas na análise de liquidez, em conformidade com as boas práticas de governança e gestão financeira.

$$\text{ILG (Índice de Liquidez Geral)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

*Avalia a capacidade da agência de honrar todas as suas obrigações, de curto e longo prazo.*

$$\text{ILC (Índice de Liquidez Corrente)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

*Indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.*

$$\text{ILS (Índice de Liquidez Seca)} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

*Mostra a capacidade de pagamento de curto prazo sem considerar estoques ou outros ativos de menor liquidez.*

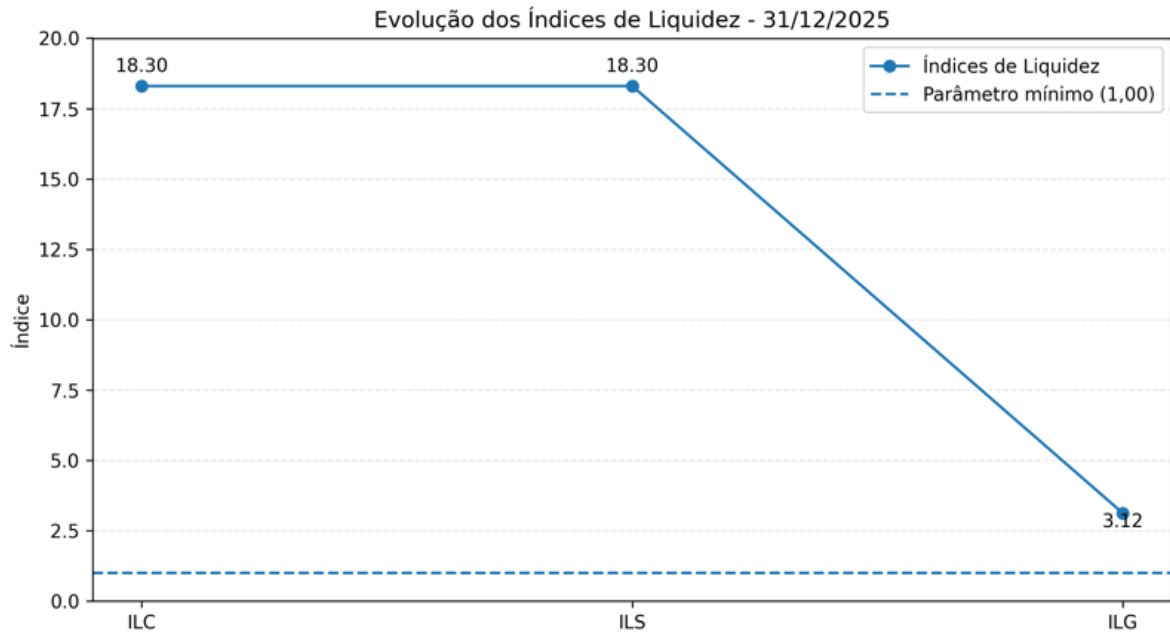
## 2.8. ÍNDICE DE LIQUIDEZ DE 2025

O Setor de Gestão de Riscos procedeu à apuração dos principais **índices de liquidez da Agência de Fomento no exercício de 2025**, com a finalidade de avaliar a posição financeira da instituição e subsidiar a definição de estratégias e diretrizes a serem adotadas pela Desenvolve/AL no período.

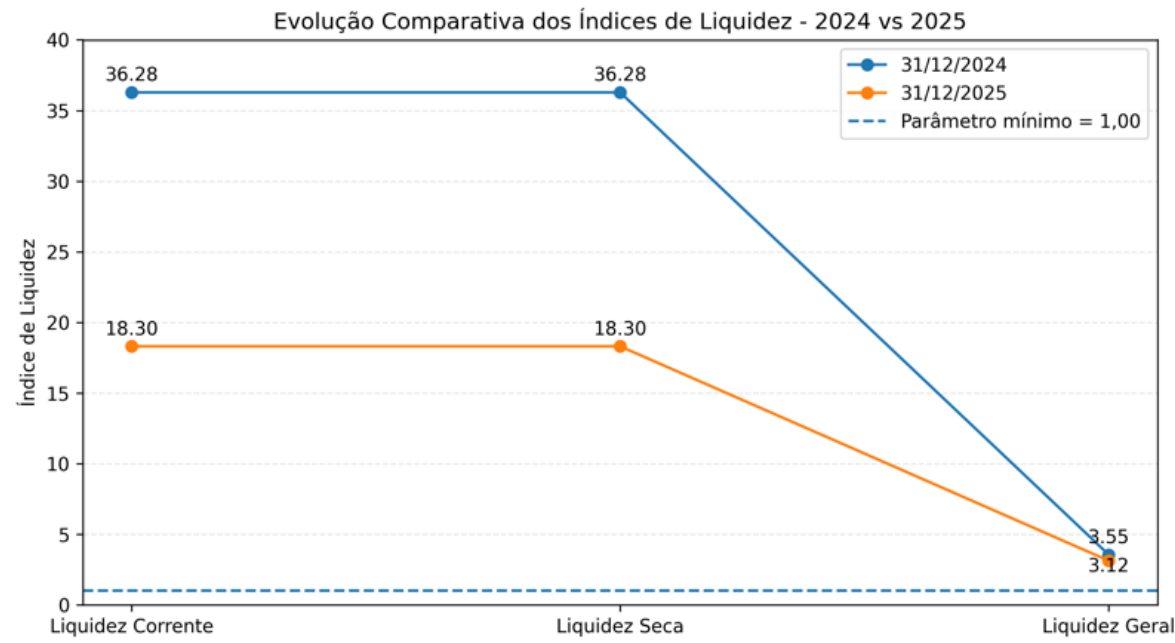
A metodologia empregada baseou-se exclusivamente nas informações constantes nas **demonstrações contábeis oficiais**, especialmente no Balanço Patrimonial, assegurando aderência às práticas contábeis vigentes e maior confiabilidade na análise realizada.

A apuração desses indicadores permite avaliar a capacidade da Agência de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, constituindo ferramenta relevante para o monitoramento da solidez financeira e para o suporte à tomada de decisão pela Administração.

A seguir, apresentam-se os resultados obtidos, bem como as considerações técnicas e ressalvas pertinentes à interpretação dos índices apurados.



## 2.9. COMPARAÇÃO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ ENTRE O ANO DE 2024 E O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2025



### Notas explicativas:

#### **Índice de Liquidez Geral (ILG)**

O Índice de Liquidez Geral (ILG) mensura a capacidade da Agência de Fomento de honrar a totalidade de suas obrigações, considerando tanto o curto quanto o longo prazo. Trata-se de indicador relevante para avaliação da solidez financeira estrutural da instituição, uma vez que relaciona os ativos realizáveis totais ao passivo exigível.

Na comparação entre os exercícios de 2024 e 2025, observa-se leve redução do indicador, passando de **3,55 em 2024 para 3,12 em 2025**. Apesar da diminuição, o índice permanece substancialmente superior ao parâmetro norteador adotado (1,00), evidenciando que a Agência mantém capacidade confortável de cobertura de suas obrigações totais.

Em termos didáticos, para cada R\$ 1,00 de dívida total, a Desenvolve/AL dispõe de aproximadamente **R\$ 3,12 em ativos realizáveis**, o que demonstra adequada estrutura patrimonial e manutenção da solidez financeira no médio e longo prazo.

### **Índice de Liquidez Corrente (ILC)**

O Índice de Liquidez Corrente (ILC) avalia a capacidade da instituição de cumprir suas obrigações de curto prazo com os ativos igualmente realizáveis no curto prazo.

Verifica-se redução do indicador entre os períodos analisados, passando de **36,28 em 2024 para 18,30 em 2025**. Embora tenha ocorrido diminuição expressiva, o índice permanece em patamar bastante elevado e significativamente superior ao parâmetro mínimo de referência (1,00).

Esse resultado indica que, mesmo diante da redução, a Agência mantém ampla folga financeira para honrar seus compromissos de curto prazo, demonstrando adequada gestão da liquidez e equilíbrio entre ativos e passivos circulantes.

### **Índice de Liquidez Seca (ILS)**

O Índice de Liquidez Seca (ILS) representa a capacidade da instituição de quitar suas obrigações de curto prazo desconsiderando ativos de menor liquidez. No caso da Agência, por se tratar de instituição financeira, o comportamento do ILS acompanha de forma bastante semelhante o ILC.

Em 2025, o índice registrou **18,30**, ante **36,28 em 2024**, refletindo movimento semelhante ao observado na liquidez corrente. Ainda assim, o resultado permanece amplamente superior ao parâmetro mínimo, evidenciando que a Agência mantém confortável posição de liquidez mesmo sob critérios mais conservadores de avaliação.

### **Considerações Conclusivas**

A análise comparativa demonstra que, embora tenha ocorrido redução nos índices de liquidez em 2025, todos os indicadores permanecem significativamente acima do parâmetro mínimo de referência (1,00), o que evidencia a manutenção da capacidade da Agência de honrar suas obrigações de curto e longo prazo.

Os resultados indicam que a Desenvolve/AL preserva estrutura financeira sólida, com adequada relação entre ativos realizáveis e passivos exigíveis, permitindo à Administração atuar com segurança na condução das estratégias institucionais.

**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,

Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617

CNPJ 10.769.660/0001-95

O monitoramento contínuo desses indicadores permanece fundamental para acompanhar a evolução da saúde financeira da instituição e subsidiar decisões relacionadas à expansão das operações, gestão e controle da exposição a riscos.

## 2.10 AVALIAÇÃO INTERNA DE RISCOS SOCIOAMBIENTAIS E CLIMÁTICOS (RSAC)

No âmbito do fortalecimento da estrutura de gerenciamento de riscos da instituição, o **Setor de Gestão de Riscos desenvolveu e consolidou a Avaliação Interna de Riscos Socioambientais e Climáticos (RSAC)**, instrumento voltado à identificação, análise e classificação dos potenciais impactos socioambientais associados às linhas de crédito operadas pela Agência.

A avaliação foi elaborada com base nas diretrizes estabelecidas na **Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PR SAC)** e contempla a análise das linhas de crédito da instituição, abrangendo **linhas ativas, suspensas e encerradas**. O processo considera fatores como potencial de geração de resíduos, impactos ambientais, uso intensivo de recursos naturais, necessidade de licenciamento ambiental, riscos operacionais e possíveis impactos sobre comunidades ou áreas sensíveis.

Para realização da avaliação, foi aplicada metodologia estruturada de **pontuação por critérios socioambientais**, permitindo mensurar o nível de exposição ao risco associado a cada linha de crédito.

### **Critérios de Avaliação de Risco Socioambiental**

A análise foi realizada considerando os seguintes critérios:

1. Potencial de financiar atividades emissoras de gases
2. Risco de geração de resíduos sólidos
3. Uso intensivo de água ou geração de efluentes
4. Financiamento de projetos em áreas sensíveis
5. Possível estímulo ao desmatamento ou alteração do uso do solo
6. Existência de riscos operacionais ou acidentes ambientais
7. Envolvimento com produtos perigosos ou substâncias químicas
8. Necessidade de licenciamento ambiental
9. Possível impacto sobre comunidades tradicionais
10. Possibilidade de financiamento de projetos com remoção de pessoas
11. Impactos potenciais sobre estruturas públicas
12. Existência de mecanismos de consulta e transparência

### 13. Estímulo à inclusão produtiva e social

Cada critério recebe uma **pontuação de risco**, conforme o potencial de impacto identificado.

#### Tabela de Classificação de Risco

##### Pontuação Obtida    Classificação de Risco

0 a 300 pontos      Risco Baixo

301 a 900 pontos    Risco Médio

Acima de 900 pontos Risco Alto

Essa metodologia permite **padronizar a avaliação socioambiental das linhas de crédito**, possibilitando comparabilidade entre produtos e maior segurança no processo de tomada de decisão.

#### Linhas de Crédito Avaliadas e Classificação de Risco

##### Linhas Empresariais

Linha de Crédito	Pontuação	Classificação
Cana de Açúcar	950	Risco Médio
Capital de Giro Misto	0	Risco Baixo
Crédito do Trabalhador FAMPE	350	Risco Baixo
Mulher Trabalhadora (ME/EPP)	0	Risco Baixo
Rizicultura	850	Risco Médio
Energia Solar	350	Risco Baixo
Inovacred	400	Risco Baixo
Crédito do Trabalhador Turismo (PJ)	450	Risco Baixo
Desenvolve + Sustentável	200	Risco Baixo
Capital de Giro ARSAL	350	Risco Baixo
Capital de Giro SELIC	350	Risco Baixo
ProRenda PJ	0	Risco Baixo

##### Linhas de Microcrédito

Linha de Crédito	Pontuação	Classificação
Microcrédito (MEIs, informais, artesãos e agricultores)	450	Risco Baixo

Linha de Crédito	Pontuação	Classificação
Acredita MEI	0	Risco Baixo
Acredita Mulher MEI	0	Risco Baixo
Trabalhador do Turismo (MEI)	500	Risco Baixo
Trabalhador FAMPE Mulher	0	Risco Baixo

### Considerações

A consolidação dessa avaliação permite ao Setor de Gestão de Riscos **identificar previamente potenciais impactos socioambientais associados às operações de crédito**, contribuindo para o aprimoramento dos processos de análise e concessão de crédito e para o fortalecimento da **gestão integrada de riscos da instituição**.

A metodologia adotada também reforça o alinhamento da Agência às boas práticas de **responsabilidade socioambiental e climática no sistema financeiro**, promovendo maior transparência e sustentabilidade nas operações realizadas.

## 3. DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO E PROJETOS

### 3.1. DESEMPENHO POR LINHA DE CRÉDITO

Demonstra-se a seguir o desempenho de cada linha de crédito, durante o exercício de 2025, elencando o volume liberado por fonte de recurso e o montante investido nas linhas de operações DESENVOLVE-AL:

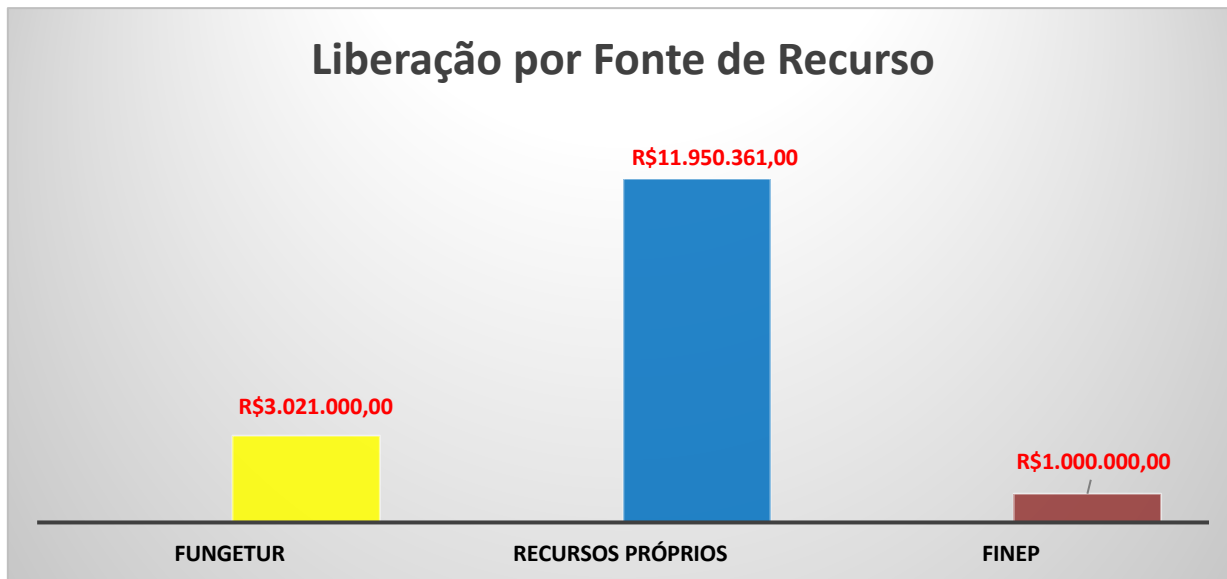
#### 3.1.1. LIBERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2025



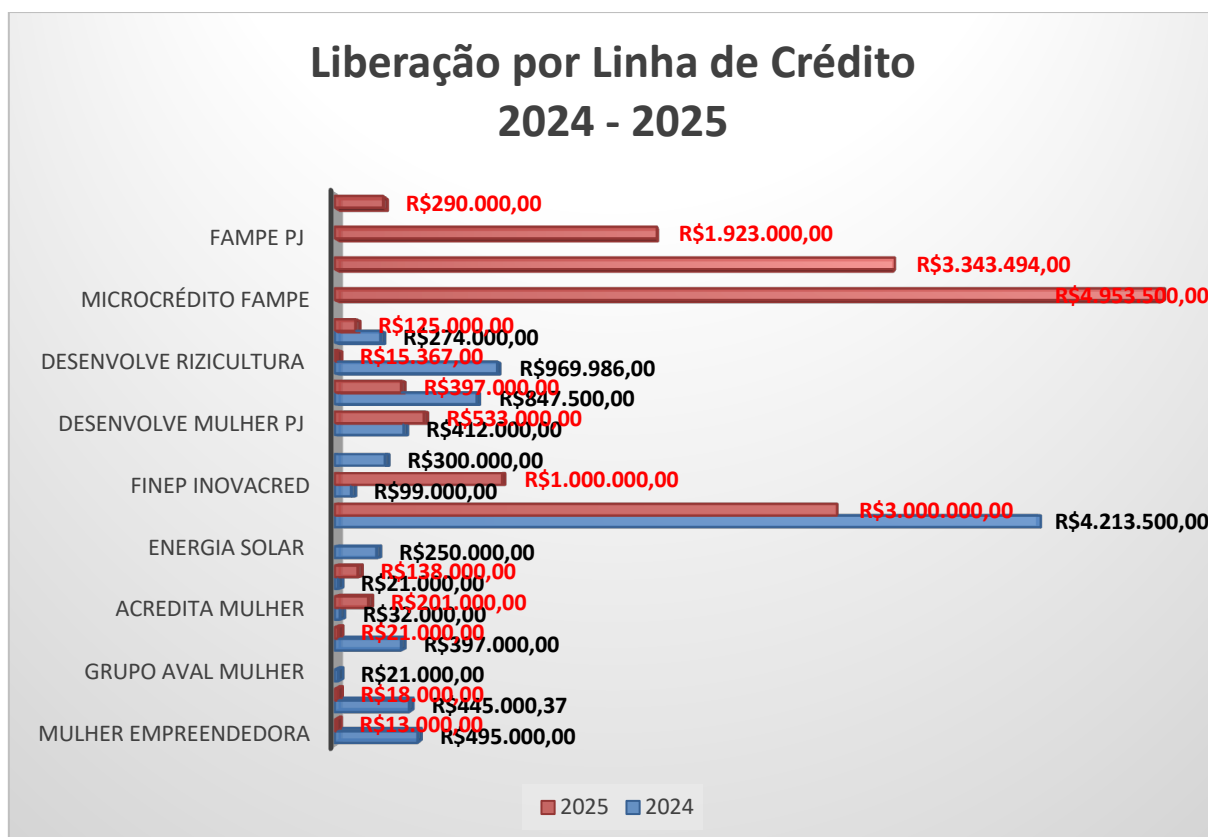
Agência de Fomento de Alagoas S.A.

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

### 3.1.2. LIBERAÇÕES POR FONTE DE RECURSOS



### 3.1.3. COMPARATIVO DE LIBERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE 2024 E 2025



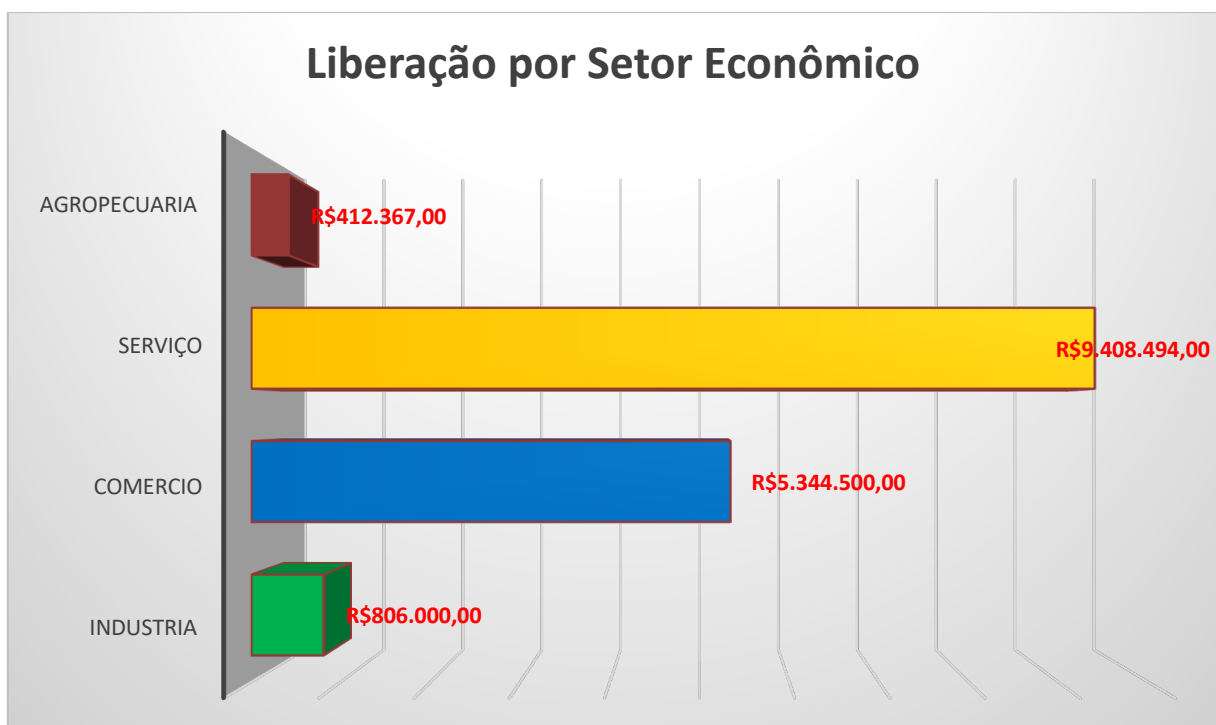
**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

### 3.1.4. COMPARATIVO DE VALORES LIBERADOS ENTRE 2024 E 2025



### 3.1.5. LIBERAÇÕES DE CRÉDITO POR SETOR ECONÔMICO EM 2025



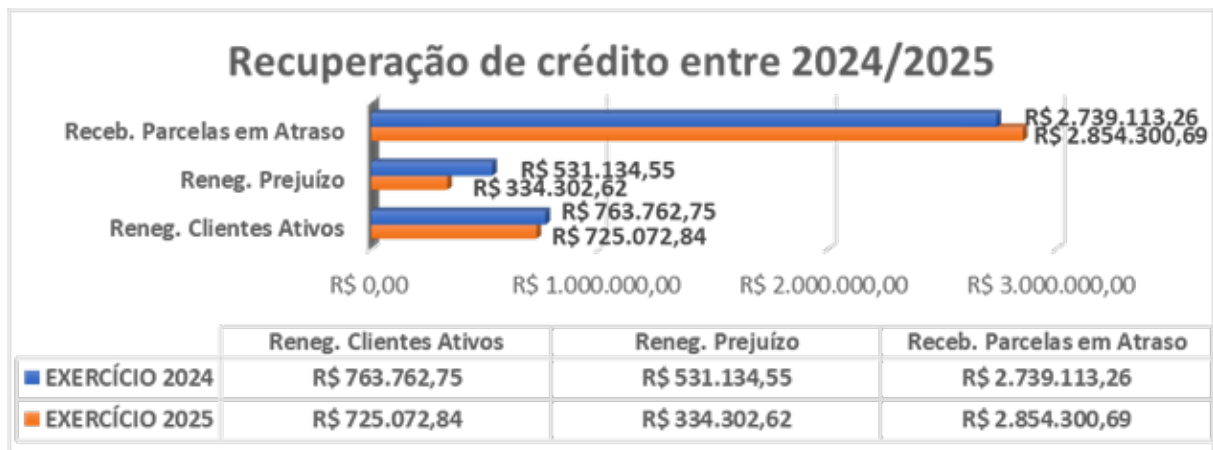
#### 4. DIRETORIA DE OPERAÇÕES

##### 4.1. COBRANÇA E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

A equipe de cobrança e recuperação de crédito da DESENVOLVE-AL atua de forma integrada com diversos departamentos e profissionais, com o objetivo de ampliar a recuperação de créditos inadimplentes ou em prejuízo. Essa atuação contribui para a redução da inadimplência e para a obtenção de resultados mais consistentes e sustentáveis para a instituição.

No exercício de 2025, a área de Operações e Recuperação de Crédito obteve bons resultados. Foram renegociados 26 contratos de clientes ativos, somando R\$ 357.668,49 (trezentos e cinquenta e sete mil, seissentos e sessenta e oito reais e quarenta e nove centavos), além de 60 contratos em prejuízo, que totalizaram R\$ 355.772,06 (trezentos e cinquenta e cinco mil, setessentos e setenta e dois reais e seis centavos). Graças ao empenho da equipe de Recuperação de Crédito, também recebemos R\$ 2.854.300,69 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, trezentos reais e sessenta e nove centavos) referentes a parcelas em atraso.

##### 4.2. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO ENTRE 2024/2025



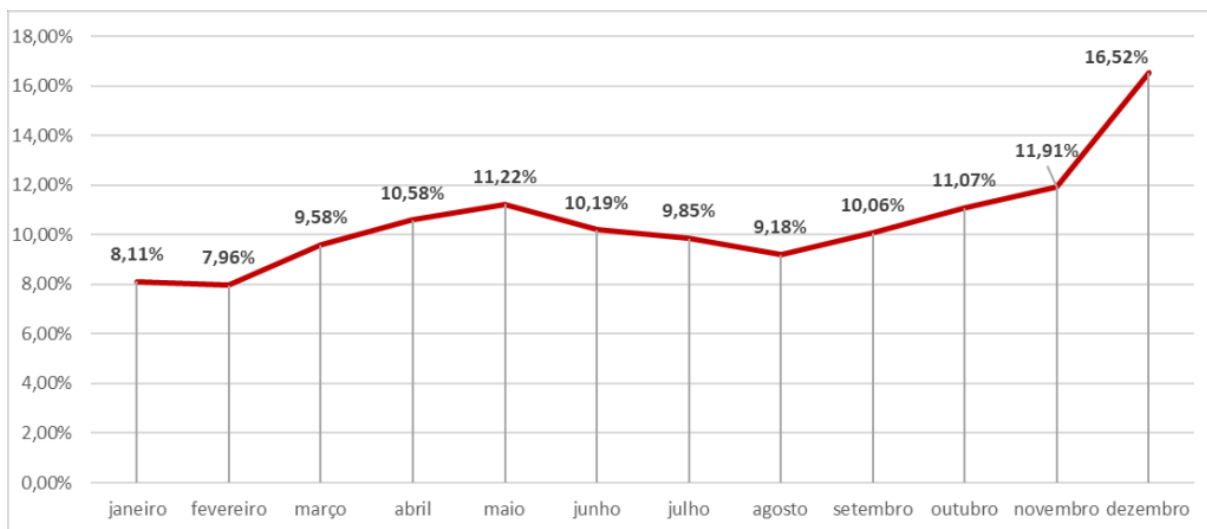
### 4.3. INADIMPLÊNCIA

A carteira de empréstimos e financiamentos apresenta concentração relevante nas linhas Fungetur Giro II, Pró Renda MEI, Desenvolve Mulher-PJ e Microcrédito FAMPE, que representam 41,24% do saldo devedor total a receber. Trata-se de linhas com perfil específico de público e maior sensibilidade as oscilações econômicas, o que acabou refletindo diretamente no comportamento da inadimplência da agência.

No exercício de 2025, o índice de inadimplência alcançou 16,52%. Embora o percentual represente um aumento em relação aos períodos anteriores, o cenário já está sendo tratado de forma estruturada pelo setor de Operações e Recuperação de Crédito, com intensificação das estratégias de regularização e recuperação.

As ações adotadas envolvem o fortalecimento da cobrança administrativa, com contato ativo e tratativas individualizadas junto aos clientes, priorizando soluções negociais que possibilitem a retomada do fluxo de pagamentos. Paralelamente, os créditos com saldo superior a R\$ 10.000,00 estão sendo encaminhados para cobrança judicial, como também, as operações com saldo acima de R\$ 100.000,00 estão passando por análise e solicitação de execução das garantias, quando cabível.

Segue abaixo, evolução da inadimplência no exercício de 2025:



No exercício de 2025, a Diretoria de Operações manteve o plano de metas internas voltado ao fortalecimento do Setor de Operações, com foco prioritário na recuperação dos créditos classificados como mais problemáticos e na redução dos índices de inadimplência. A atuação concentrou-se na ampliação do alcance das ações de cobrança, buscando contato efetivo com o maior número possível de clientes em atraso e inadimplentes, reforçando o

**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

compromisso da área na busca de melhores resultados da carteira operacional de crédito.

## 5. DIRETORIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

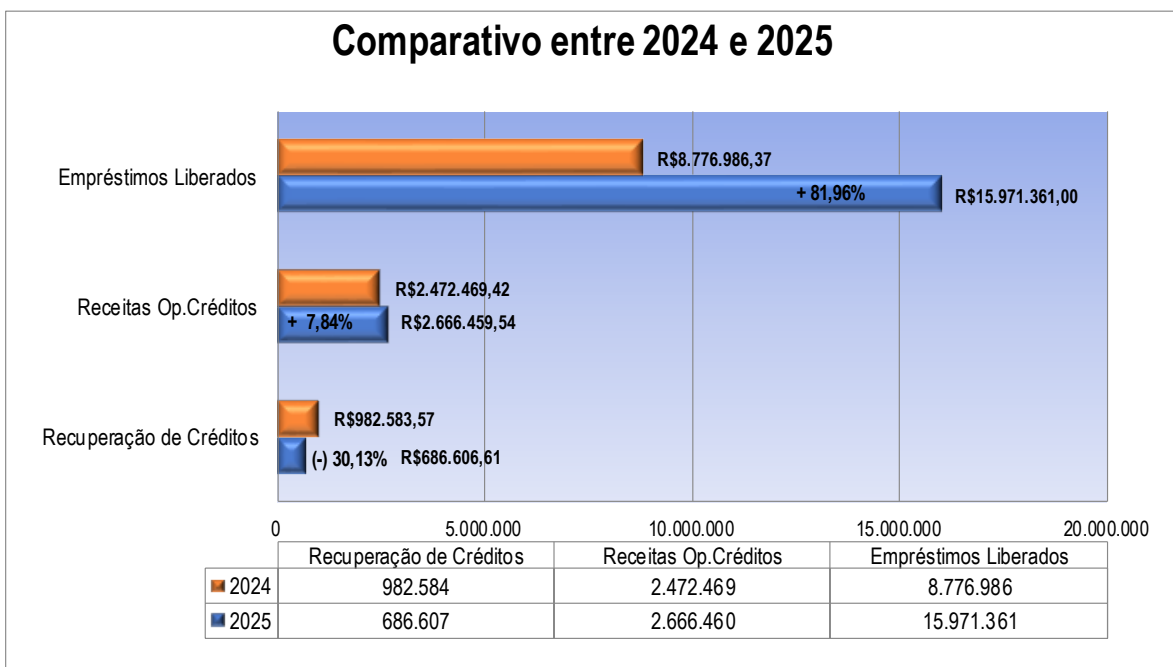
### 5.1. RESULTADO ECONÔMICO FINANCEIRO

#### 5.1.1. COMPARATIVO DOS EMPRÉSTIMOS LIBERADOS, RECEITAS DE OPERAÇÕES CRÉDITO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Durante o exercício de 2025, as receitas com operações de créditos, totalizaram R\$ 2.666 mil, enquanto que No exercício de 2024 essas receitas somaram 2.472 mil, um acréscimo percentual de 7,84%.

As receitas com recuperação de créditos nesse exercício somaram 686 mil, enquanto que no ano anterior a recuperação foi de 982.

O volume de empréstimos liberados no exercício de 2025 foi de R\$ 15.971 mil, enquanto que durante todo o exercício de 2024 o montante liberado alcançou R\$ 8.777 mil, um aumento de 81,96%. O total de ativos ao final do exercício de 2025 foi de R\$ 58.212 mil, ficando 6,31% menor em relação ao exercício anterior. Desse total 58,39% corresponde a títulos e valores mobiliários, 37,75% a operações de crédito, e 3,86% a outros ativos.

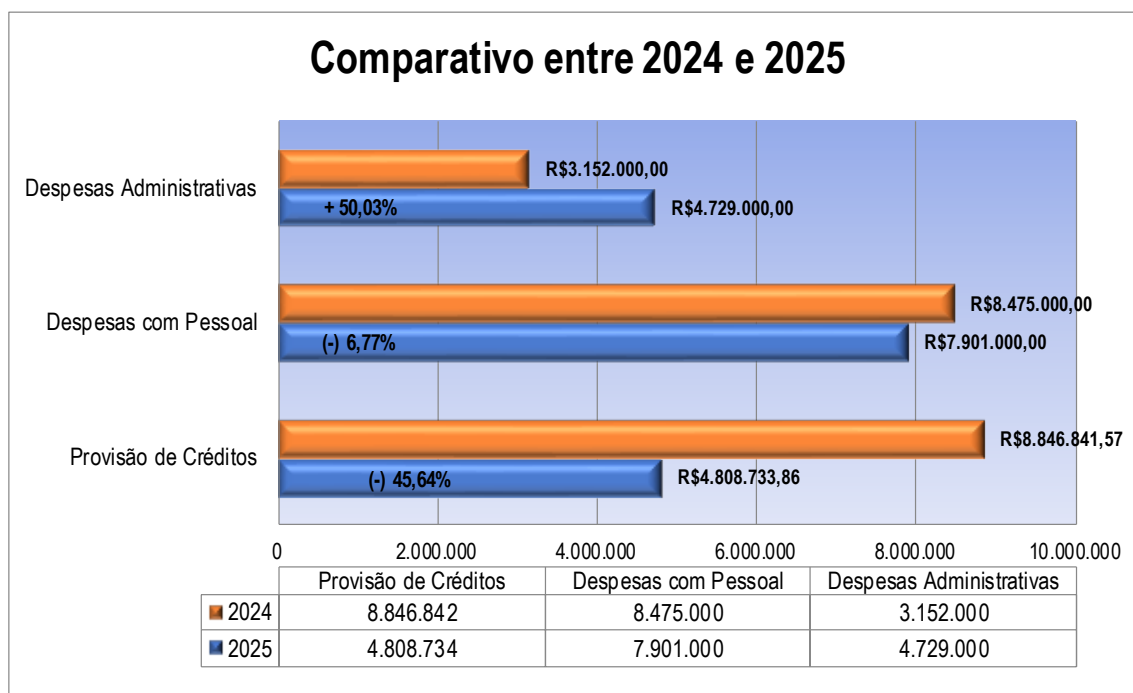


## 5.2. COMPARATIVO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS, COM PESSOAL E PROVISÃO DE CRÉDITO

As outras despesas administrativas contribuíram para o prejuízo do exercício em 2025, com um aumento de 50,03%.

Já as despesas com pessoal houve uma diminuição 6,77%, como pode ser visto no gráfico abaixo.

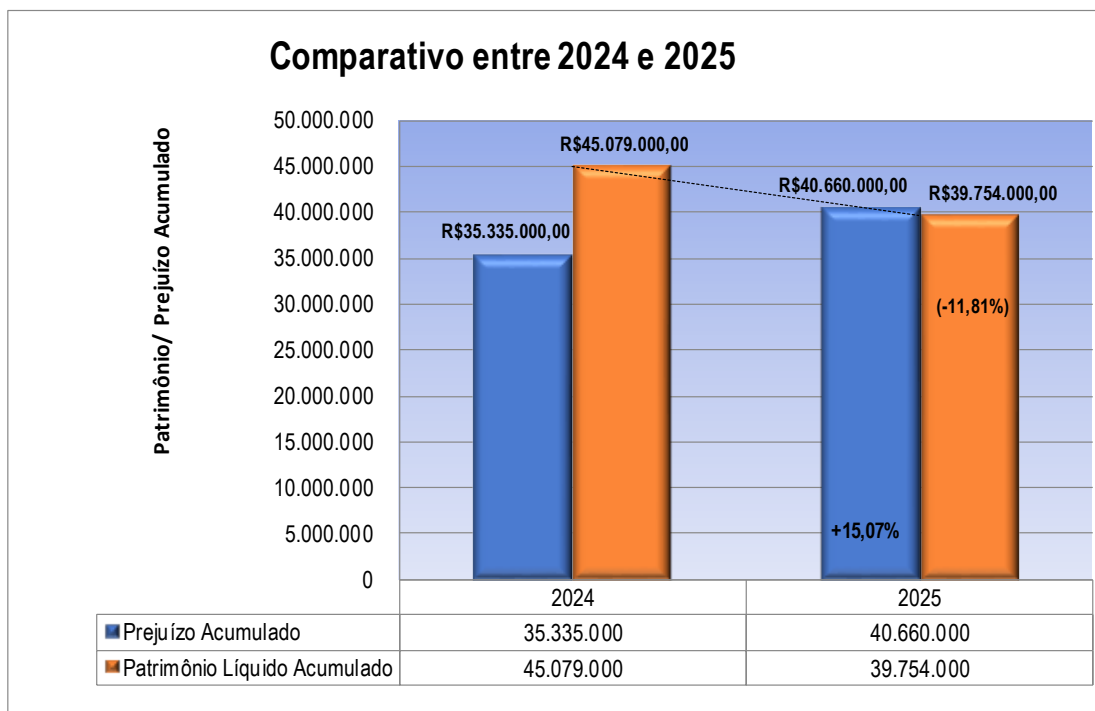
As provisões de créditos tiveram uma diminuição em 2025 em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado no gráfico abaixo, a variação foi de 45,64%.



## 5.3. COMPARATIVO DO PATRIMÔNIO/LUCRO/PREJUÍZO ENTRE 2024 E 2025

No final do exercício de 2025, a Agência de Fomento de Alagoas apresentou um prejuízo de R\$ 6.325 mil, enquanto que no exercício de 2024 o prejuízo foi de 7.444 mil.

Sendo assim, o Prejuízo Acumulado aumentou em 15,07%, enquanto que o Patrimônio Líquido foi reduzido de R\$ 45.079 mil para R\$ 39.754, uma redução em termos percentuais de 11,81%.



#### 5.4. ASSESSORIA JURÍDICA

##### Atuação Contenciosa – Comparativo 1º e 2º Semestre de 2025

Durante o **primeiro semestre de 2025**, a Gerência Jurídica da Desenvolve/AL adotou as medidas administrativas e judiciais necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses da Agência, especialmente no tocante à recuperação de crédito.

No período, foram ajuizadas **4 (quatro) ações de execução de título extrajudicial** em face de devedores inadimplentes, totalizando o montante executado de **R\$ 255.912,99 (duzentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e doze reais e noventa e nove centavos)**.

Para viabilizar o regular processamento das demandas judiciais, foram recolhidas custas processuais iniciais no valor de **R\$ 9.730,77 (nove mil setecentos e trinta reais e setenta e sete centavos)**, mediante Guia de Recolhimento Judicial (GRJ).

No **segundo semestre de 2025**, observou-se intensificação das medidas de cobrança judicial, refletindo o fortalecimento da estratégia institucional de recuperação de ativos inadimplidos.

Foram propostas **15 (quinze) ações de execução de título extrajudicial**, cujo valor total executado alcançou **R\$ 315.905,93 (trezentos e quinze mil, novecentos e cinco reais e noventa e três centavos)**.

**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

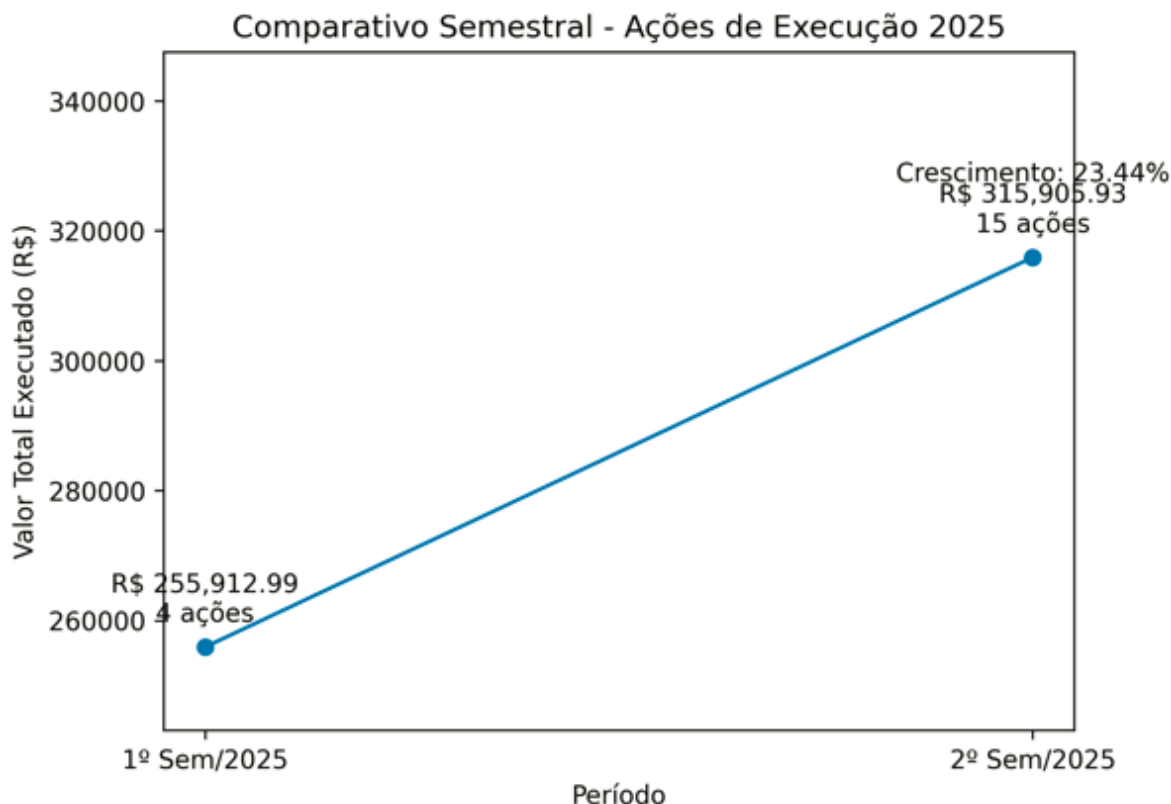
As custas processuais iniciais recolhidas no período somaram **R\$ 26.144,75 (vinte e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e setenta e cinco centavos)**.

### Análise Comparativa

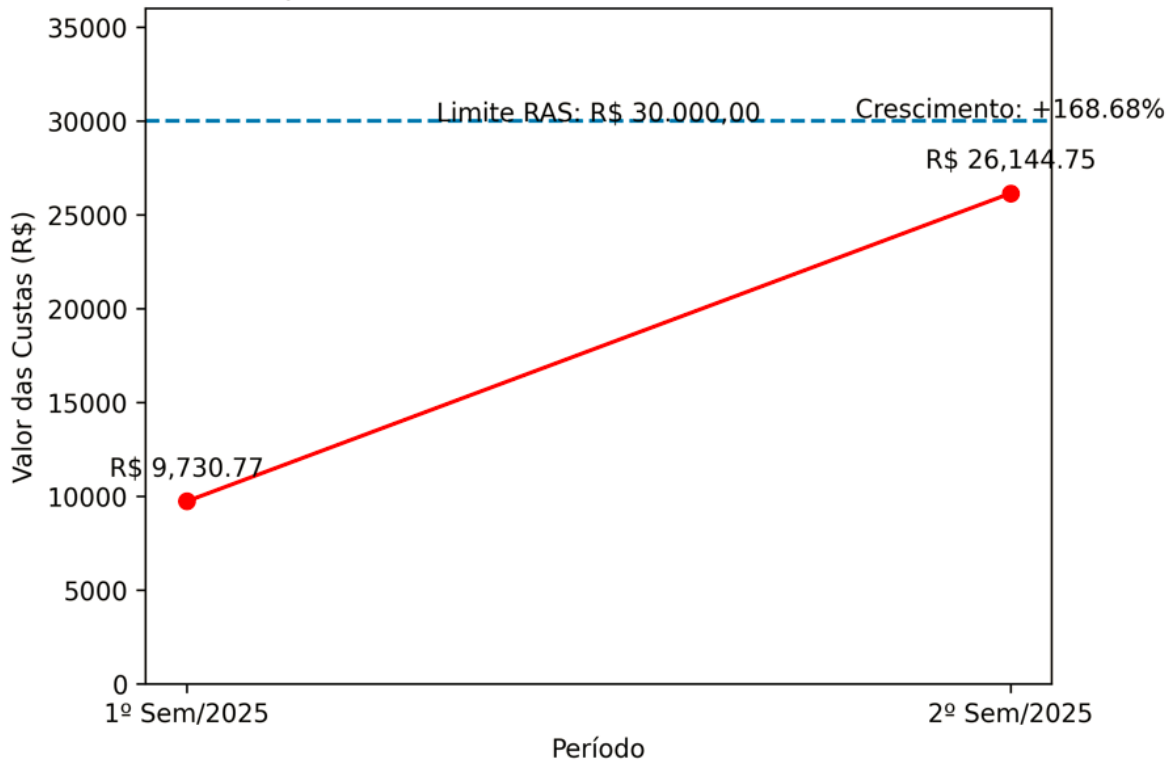
Comparativamente ao primeiro semestre, o segundo semestre apresentou:

- **Aumento de 275% no número de ações ajuizadas** (de 4 para 15 ações);
- **Incremento de aproximadamente 23,4% no valor total executado;**
- **Elevação proporcional no montante recolhido a título de custas processuais iniciais**, compatível com o volume ampliado de demandas propostas.

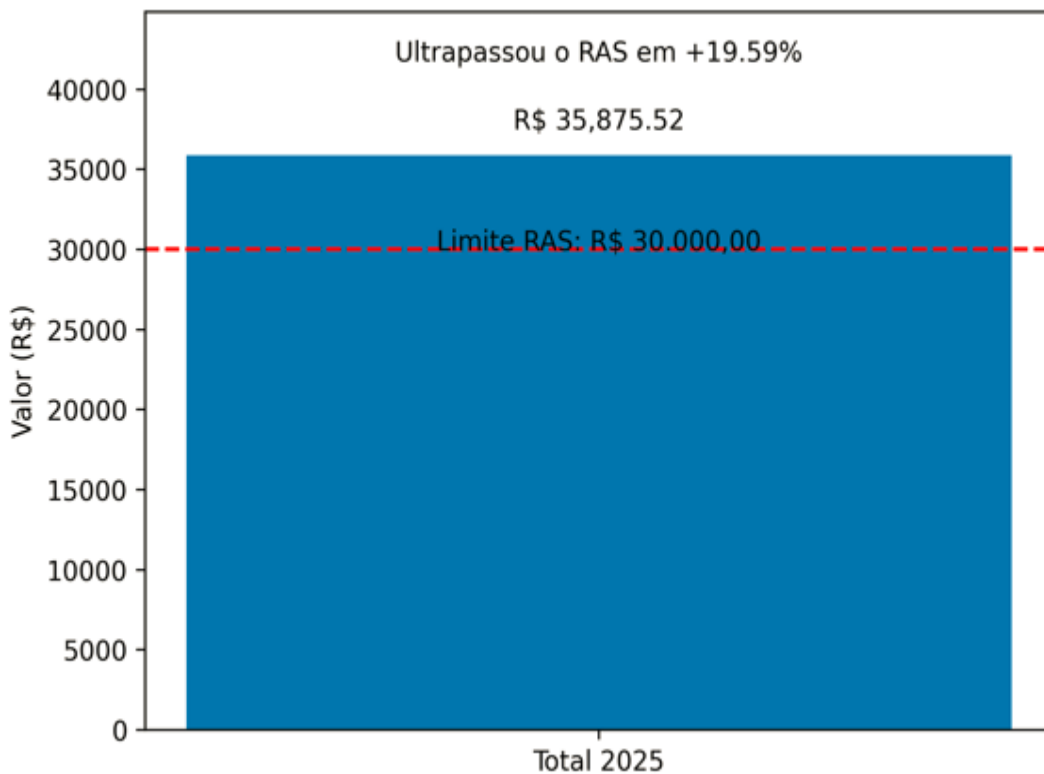
Os dados evidenciam atuação mais intensiva da Gerência Jurídica na judicialização de créditos inadimplidos no segundo semestre, demonstrando alinhamento com a política institucional de recuperação de ativos e mitigação de perdas financeiras.



### Comparativo Semestral - Custas Processuais 2025



### Custas Processuais Totais 2025 vs Limite RAS



## **Análise Técnica – Superação do Limite de Apetite ao Risco (RAS) – Custas Processuais 2025**

No exercício de 2025, o montante total despendido com custas processuais iniciais atingiu **R\$ 35.875,52**, superando o limite estabelecido no âmbito do **Relatório de Apetite ao Risco (RAS)**, fixado em **R\$ 30.000,00**, o que representa um excesso de aproximadamente **19,59%** em relação ao parâmetro prudencial definido.

A elevação decorre, sobretudo, da intensificação das medidas de recuperação judicial de crédito no segundo semestre do exercício, quando se verificou aumento significativo no número de ações de execução ajuizadas (de 4 para 15 demandas), refletindo postura institucional mais ativa na mitigação de inadimplência.

Sob a ótica técnica, cumpre destacar que:

1. O aumento das custas está diretamente correlacionado à ampliação da estratégia de judicialização, não configurando, isoladamente, deterioração do risco jurídico;
2. O dispêndio adicional possui natureza instrumental, estando vinculado à recuperação de ativos inadimplidos;
3. O crescimento do volume executado tende, em perspectiva, a compensar o incremento inicial de despesas processuais.

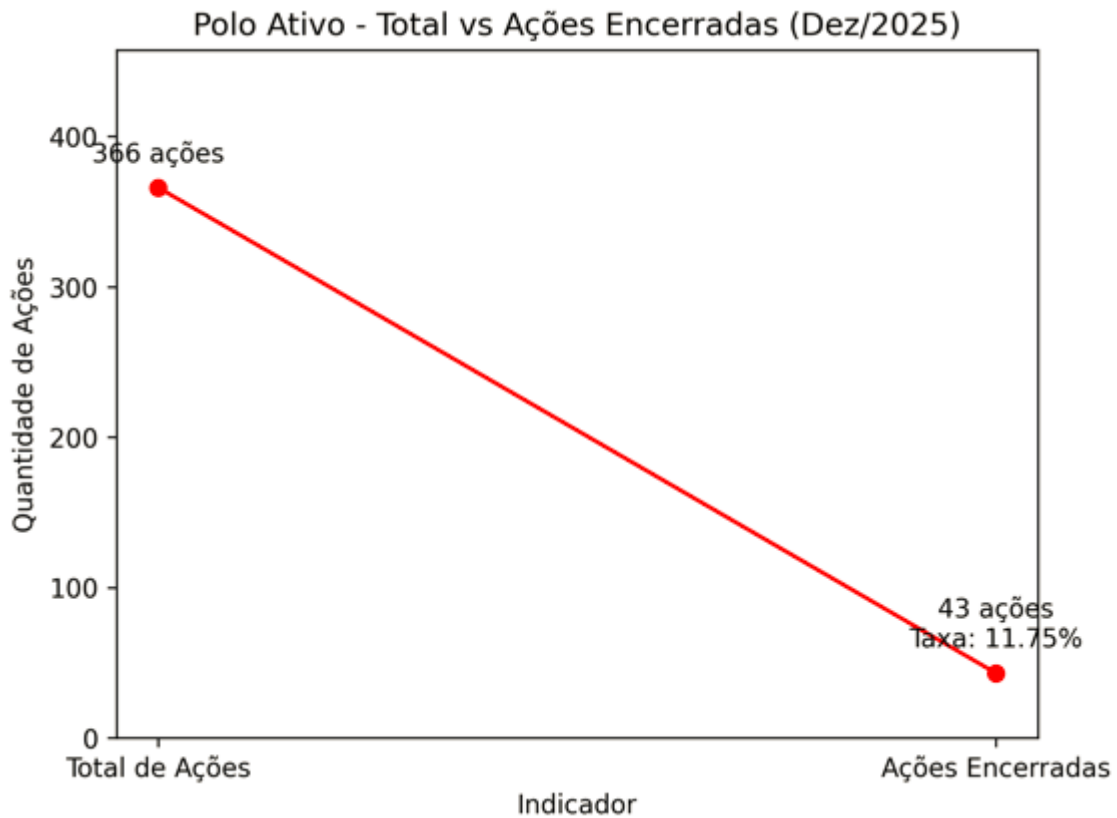
Contudo, considerando a superação do limite estabelecido no RAS, recomenda-se:

- Monitoramento mensal das despesas processuais;
- Avaliação da eficiência econômica das ações ajuizadas (custo x valor recuperável);
- Eventual revisão do parâmetro de apetite ao risco para o exercício seguinte, caso se consolide a estratégia de intensificação da cobrança judicial.

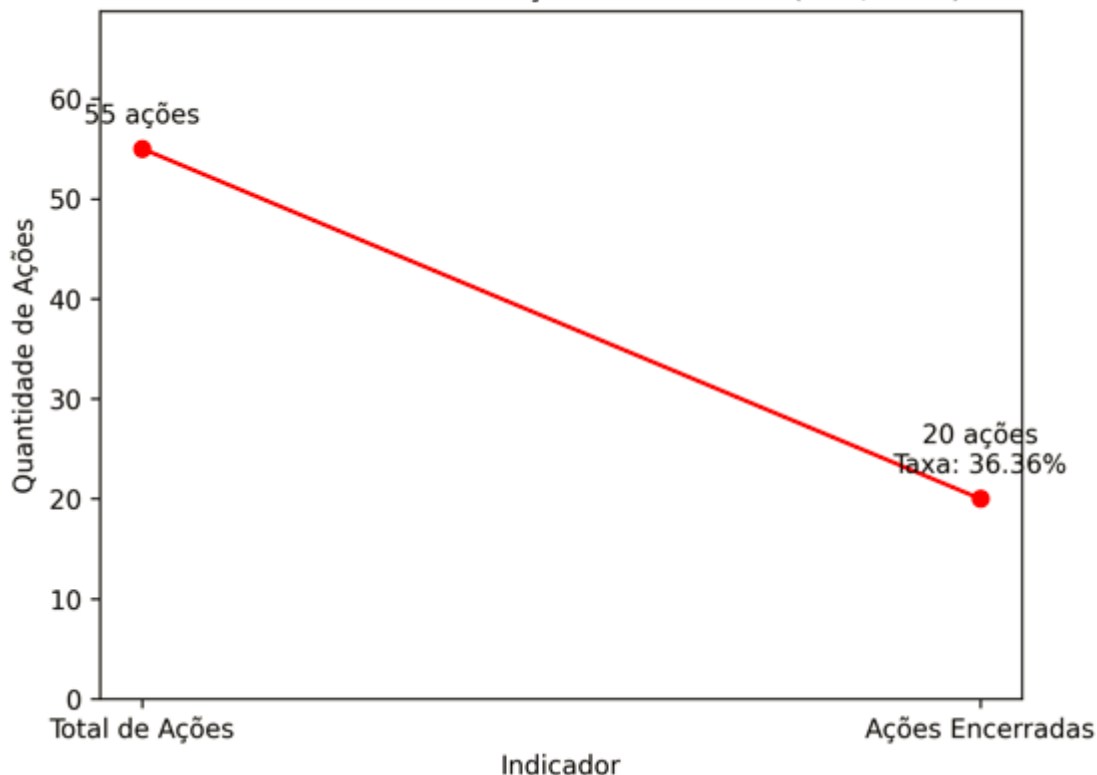
Adicionalmente, projeta-se a possibilidade de aumento no volume de custas no próximo exercício, caso seja mantida ou ampliada a política de judicialização de créditos inadimplidos, especialmente diante do estoque atual da carteira em atraso.

Assim, o cenário demanda acompanhamento contínuo pela área jurídica em conjunto com Riscos e Controladoria, de modo a assegurar alinhamento entre estratégia de recuperação de crédito e limites prudenciais definidos na governança institucional.

**Análise do Estoque Processual – Polo Ativo e Passivo**  
**Posição em Dezembro de 2025**



### Polo Passivo - Total vs Ações Encerradas (Dez/2025)



Conforme levantamento realizado a partir do relatório consolidado de ações judiciais, a Desenvolve/AL apresenta o seguinte panorama processual:

- **Polo Ativo:** 366 ações
- **Polo Passivo:** 55 ações
- **Total Geral:** 421 ações

O volume expressivamente maior no polo ativo evidencia o perfil predominantemente credor da Agência, especialmente em demandas de execução voltadas à recuperação de crédito.

#### **Ações Extintas ou Arquivadas**

Do total geral de 421 processos identificados:

- **43 ações no polo ativo** encontram-se classificadas como **extintas ou arquivadas**;
- **20 ações no polo passivo** encontram-se igualmente **extintas ou arquivadas**;

Totalizando **63 processos encerrados**, o que corresponde a aproximadamente **14,96% do estoque processual total**.

#### **Análise por Polo**

##### **Polo Ativo**

- 366 ações totais

- 43 encerradas
- **Taxa de encerramento aproximada: 11,75%**

A taxa indica fluxo regular de baixa processual, compatível com a dinâmica de execuções judiciais e encerramentos por pagamento, acordo ou esgotamento de medidas executivas.

### **Polo Passivo**

- 55 ações totais
- 20 encerradas
- **Taxa de encerramento aproximada: 36,36%**

O percentual superior no polo passivo demonstra boa eficiência na resolução de demandas em que a Agência figura como parte demandada, refletindo atuação técnica consistente da Gerência Jurídica na mitigação de contingências.

### **Análise Técnica**

O cenário processual revela:

1. Predominância de ações no polo ativo, alinhada à estratégia institucional de recuperação de créditos inadimplidos;
2. Taxa relevante de encerramento no polo passivo, indicando controle adequado de contingências;
3. Estoque processual administrável diante do porte da carteira judicializada.

A proporção de processos encerrados contribui para:

- Redução de passivo contingencial;
- Melhoria de previsibilidade jurídica;
- Controle de provisões contábeis;
- Eficiência operacional da área jurídica.

### **Considerações Estratégicas**

A manutenção de monitoramento contínuo do estoque processual é essencial para:

- Avaliação da efetividade das execuções ajuizadas;
- Mensuração do custo-benefício das demandas ativas;
- Gestão prudencial do risco jurídico no âmbito do RAS;
- Planejamento orçamentário das custas processuais futuras.

O cenário atual indica equilíbrio entre expansão da judicialização no polo ativo e capacidade de encerramento de demandas, mantendo-se aderência às diretrizes de governança institucional.

A elaboração de minuta contratual foi dispensada nos casos de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento, das quais não decorreram obrigações futuras para a Agência de Fomento, em conformidade com o art. 73 da Lei nº 13.303/2016.

## 6. AÇÕES E PROJETOS INCIADOS EM 2025

### 6.1 LIBERAÇÕES DE CRÉDITO NO FAMPE – FUNDO DE AVAL PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O credenciamento da **Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve** junto ao **FAMPE**, administrado pelo Sebrae, representou um avanço significativo no apoio aos micros e pequenos empreendedores do estado. O Fundo de Aval funciona como uma garantia complementar para aqueles empreendedores que possuem boas ideias e negócios viáveis, mas enfrentam dificuldades em oferecer garantias suficientes para acessar crédito.

Com essa iniciativa, a DESENVOLVE ALAGOAS ampliou sua capacidade de atender ao público empreendedor, consolidando-se como um instrumento de fomento ao crescimento sustentável da economia de Alagoas.

Dessa forma, em 2025, a Desenvolve alcançou o montante liberado de **10.219.994,000 (dez milhões e duzentos e dezenove mil e novecentos e noventa e quatro reais)** na linha de crédito no formato de capital de giro e investimentos, com a garantia do FAMPE, **beneficiando**

**ao todo 543 empreendedores formais com porte de MEI's , Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte do Estado de Alagoas.**

### 6.2. PARCERIAS COM MUNICÍPIOS ALAGOANOS

A **Agência de Fomento de Alagoas – Desenvolve** tem ampliado suas ações em todo o estado por meio de parcerias estratégicas com os municípios alagoanos. O objetivo é fortalecer a economia local, aproximando os micros e pequenos empreendedores das oportunidades de crédito que possibilitam investir, expandir e consolidar seus negócios.

Com a união entre a Desenvolve e as prefeituras municipais, o acesso às linhas de financiamento torna-se mais ágil e democrático, garantindo que empreendedores de todas as regiões tenham condições de crescer e gerar emprego e renda em suas comunidades.

Assim, em 2025 reafirmamos o convênio com **28 (vinte e oito)** prefeituras, estabelecendo o compromisso da Agência em atuar como instrumento de desenvolvimento econômico e



social, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e para a valorização do empreendedorismo em Alagoas.

### 6.3. CREDECIMENTO DO “NOVO FUNGETUR”.

No início de 2025, a DESENVOLVE ALAGOAS liberou o montante de **R\$ 3.021.000,00 (três milhões e vinte um mil reais)** com recursos do Fungetur para as empresas alagoanas, com atividades vinculadas à atividade turística. Após esta data, em outubro de 2025, a DESENVOLVE ALAGOAS, renovou o credenciamento do programa “NOVO FUNGETUR”, junto ao Ministério do Turismo – MTUR, onde recebeu o montante de **R\$ R\$ 9.060.575,22 (nove milhões e sessenta mil e quinhentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos)**. Com este novo credenciamento, permitirá a DESENVOLVE-AL, continuar nas liberações de crédito no CREDITO DO TRABALHADOR DO TURISMO para as Micro e Pequenas Empresas que compõem o Trade Turístico do Estado de Alagoas, com taxas de juros mais atrativas, nas modalidades de capital de giro e bens e serviços, onde a DESENVOLVE ALAGOAS atua com estas linhas desde junho/2023.

### 6.4. LINHA DE CRÉDITO INOVACRED.

A DESENVOLVE ALAGOAS, atuando como agente financeiro Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), providos através da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), liberou em 2025, o montante de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)** na linha de crédito Inovacred, firmando o compromisso de promover o crescimento tecnológico e econômico através do apoio financeiro a projetos nas áreas de inovação, tecnologia e melhoria de processos.

Eduardo Brasil Barreto  
**Diretor Presidente**

Antônio Tenório Cavalcante Neto  
**Diretor Administrativo Financeiro**

Michael Pereira de Barros  
**Diretor de Operações**

Caroline Albuquerque Toledo  
**Diretor de Desenvolvimento e Projetos**

**Agência de Fomento de Alagoas S.A.**

Rua Deputado José Lages, 972, (Esquina com Dr. José Júlio Sawyer) - Ponta Verde- Maceió – Alagoas CEP:57.035-330,  
Tel. (82)3315-3468 / Ouvidoria: 0800 095-0617  
CNPJ 10.769.660/0001-95

Agência de Fomento de Alagoas S/A

Balço Patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Circulante</b>	<b>42.041</b>	<b>Circulante</b>	<b>2.305</b>
Disponibilidades (Nota 3.c)	590	Passivos Financeiros - <i>Ao Custo Amortizado</i>	1.089
Ativos Financeiros - <i>Ao Custo Amortizado</i>	40.398	Obrigações por Repasse (Nota 8)	1.089
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 3.c e 4)	28.616	Obrigações por Repasses - FINEP	1.089
Operações de Crédito (Nota 5)	11.782	Outras Obrigações (Nota 9)	1.216
Empréstimos	10.752		
Financiamentos	3.128		
(-) Provisão para Operações de Crédito	(2.099)		
Outros Créditos, Valores e Bens (Nota 6)	1.053		
<b>Não Circulante</b>	<b>16.171</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>16.153</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>15.568</b>	Passivos Financeiros - <i>Ao Custo Amortizado</i>	15.308
Ativos Financeiros - <i>Ao Custo Amortizado</i>	15.568	Obrigações por Repasse (Nota 8)	15.308
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	5.373	Obrigações por Repasses - FUNGETUR	15.308
Operações de Crédito (Nota 5)	10.195	Outras Obrigações (Nota 9)	845
Empréstimos	5.910		
Financiamentos	5.365		
(-) Provisão para Operações de Crédito	(1.080)		
<b>Imobilizado (Nota 7)</b>	<b>603</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>18.458</b>
Imobilizado de Uso	4.957	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>39.754</b>
(-) Depreciação Acumulada	(4.354)	Capital social (Nota 11.a)	80.414
<b>Intangível (Nota 7)</b>	<b>-</b>	Lucros ou Prejuízos Acumulados (Nota 11.b)	(40.660)
Ativos Intangíveis	565		
(-) Amortização Acumulada	(565)		
<b>Total do Ativo</b>	<b>58.212</b>	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>58.212</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Demonstração de resultado exercício  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto  
 quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2025
<b>Receita da Intermediação Financeira</b>	<b>6.917</b>
Operações de Crédito (Nota 12)	2.666
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários (Nota 13)	4.251
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(2.337)</b>
Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito (Nota 14)	(2.024)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(313)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>4.581</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>	<b>(10.943)</b>
Prestação de Serviços	804
Despesas com Honorários (Nota 15.a)	(1.091)
Despesas com Pessoal (Nota 15.b)	(6.810)
Despesas Administrativas (Nota 16)	(4.729)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(446)
Despesas de depreciação e amortização	(206)
Outras receitas / (despesas) operacionais (Nota 18)	1.535
<b>Resultado operacional</b>	<b>(6.363)</b>
<b>Resultado não operacional</b>	<b>38</b>
Despesas não operacionais	-
Receitas não operacionais (Nota 19)	38
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>(6.325)</b>
Imposto de renda	-
Contribuição social	-
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(6.325)</b>
nº de ações da Agência	8.041
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em reais)	(0,79)
Valor patrimonial da ação (em reais)	4,94

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Demonstração de resultado abrangente  
Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto  
quando indicado de outra forma)

<b>Descrições</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(6.325)</b>
Resultados abrangentes	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>(6.325)</b>

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando  
indicado de outra forma)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>80.414</b>	<b>(35.335)</b>	<b>45.079</b>
Efeitos completos do exercício 2025 Res. CMN 4.966/2021	-	999	999
<b>Em 1º de janeiro de 2025</b>	<b>80.414</b>	<b>(34.336)</b>	<b>46.078</b>
Resultado do Período (Nota 11.b)		(6.325)	(6.325)
<b>Em 31 de dezembro de 2025 (Nota 11.a)</b>	<b>80.414</b>	<b>(40.660)</b>	<b>39.754</b>
<b>Mutações do exercício 2025</b>	<b>-</b>	<b>(6.325)</b>	<b>(6.325)</b>

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	31/12/2025
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>	
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(6.325)</b>
Ajustes do Lucro Líquido	
Depreciação e amortização	206
Efeitos Res. CMN 4.966/2021	999
Estimativa c/ perdas p/ créd. de liq. Duv. (Reversão)	(286)
Redução (Aumento) de Ativos	
Títulos e Valores Mobiliários	(685)
Operações de Crédito Ativas	(2.964)
Outros Créditos, Valores e Bens	(190)
Aumento (Redução) de Passivos	
Outras Obrigações	(530)
Obrigações por Repasses	1.934
<b>Caixa Gerado / (consumido) pelas Operações</b>	<b>(7.841)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-
<b>Caixa Líquido Gerado / (consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<b>(7.841)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>	
Aumento de Capital	-
<b>Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento</b>	<b>-</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>	
(Aquisição)/Baixas de Bens para Uso Próprio	(10)
<b>Caixa Líquido Gerado / (Aplicado) nas Atividades de Investimento</b>	<b>(10)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.852)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do Período	37.058
Caixa e equivalentes de caixa no final do Período (Nota 4.c)	29.206
<b>Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(7.852)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto  
quando indicado de outra forma)

## 1. Informações Gerais e Contexto Operacional

A Agência de Fomento de Alagoas S/A (Desenvolve) é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 6.488 de 16 de junho de 2004. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 25 de março de 2009. É regida pelas Resoluções nº 2.828/01, alterada pelas Resoluções nºs 3.757/09 e 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de agosto de 2012, através da Lei 7.409, a Entidade passou a denominar-se Agência de Fomento de Alagoas S/A.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado de Alagoas, através de financiamento aos setores público e privado, podendo praticar operações de recursos captados no país e no exterior, originários de:

- a. Fundos constitucionais;
- b. Orçamento estadual e municipal; e
- c. Organismos e instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social à prestação de garantias, prestação de serviços de consultorias, bem como exercer o papel de agente financeiro e administrador de fundos de desenvolvimento. A Agência de Fomento de Alagoas S/A, é uma instituição financeira supervisionada e regulada pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Ela é ligada ao Governo do Estado de Alagoas, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo.

Para melhor atingir seus objetivos, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, trabalha em parceria com entidades nacionais, como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e o FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo (MTUR).

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 18 de março de 2026.

## 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As informações financeiras são apresentadas com relevância e representação fidedigna para os usuários, apresentando uma maior capacidade preditiva para auxílio na tomada de decisão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis n.º 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às resoluções, normas e instruções do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; e provisões cíveis, tributárias e trabalhistas, quando aplicáveis. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações financeiras contemplam a incorporação dos recursos recebidos do Governo do Estado de Alagoas, os quais foram tratados como subvenção governamental. As receitas e as correspondentes despesas são contabilizadas, de forma simultânea, com base no Regime de Competência, independentemente de recebimento ou pagamento, ou seja, no momento do fato gerador, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais.

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações seguem a Resolução do Banco Central do Brasil de nº 2, de 12 de agosto de 2020, ao qual trata sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

## 2.1 Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Agência.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Agência apresentou prejuízo de R\$ 6.325 mil, e prejuízo acumulado de R\$ 40.660 mil, ocasionados de sucessivos prejuízos ao longo dos exercícios. O prejuízo do exercício se deu principalmente em decorrência do reconhecimento da provisão de operações de crédito, do montante das parcelas e os juros devidos da SEFAZ, no valor de R\$ 2.143 mil, referente a Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021.

A administração da Agência vem buscando a adequação, no aumento do processo de cobrança e renegociação das operações, bem como firmou negociação junto ao Tesouro Estadual, no qual já foram repassados R\$ 10.206 mil, sendo R\$ 6.983 mil em 2024, e R\$ 3.223 mil em 2025 até a data de emissão destas demonstrações. Restam ainda 07 parcelas a serem repassadas o que corresponde R\$ 11.281 mil.

## 3. Principais Práticas Contábeis

As operações foram contabilizadas em observância às práticas consubstanciadas no COSIF e emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), dentre as quais se destacam as seguintes:

### a) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Agência de Fomento de Alagoas S/A e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local; e os ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

### b) Apuração do Resultado

b.1.) Em conformidade com o Regime de Competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito consideradas como ativos problemáticos, que são registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b.2.) As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b.3.) As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>31/12/2025</b>
Disponibilidades	590
Cotas de Fundo de Investimento - Até 90 dias	28.616
<b>Total</b>	<b>29.206</b>

**d) Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata**

As aplicações financeiras de liquidez imediata são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

**e) Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira própria está composta de títulos de renda fixa. Em cumprimento ao estabelecido no inciso V, do art. 3º, da Resolução nº 2.828/01, com a redação dada pela Resolução nº 3.834/10, do Conselho Monetário Nacional, a Agência de Fomento de Alagoas S/A aplica suas disponibilidades de caixa em cotas de fundos de investimentos, formada exclusivamente por títulos públicos federais. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo administrador.

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Agência de Fomento de Alagoas S/A, que é a de mantê-los até o vencimento, e não são ajustados pelo valor de mercado.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários são apropriados observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

Às agências de Fomento não se aplicam os critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários dispostos na Circular nº 3.068/2001 do BACEN, os quais também foram instituídos pela Lei nº 11.638/07.

**f) Direitos e Obrigações**

Os direitos estão demonstrados pelos valores de realização e as obrigações estão demonstradas pelos valores de exigibilidades, estes últimos atualizados até a data do balanço.

**g) Ativos Financeiros e Passivos Financeiros**

De acordo com a Resolução CMN 4.966/2021 e Resolução BCB 352/2023 os ativos financeiros passaram a serem classificados em três categorias: Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes e Valor Justo ao Resultado, de acordo com o modelo de negócio definido pela instituição financeira.

Ativo Financeiro - Custo Amortizado:

- Objetivo de manter os ativos financeiros para receber os fluxos de caixa contratual.
- O fluxo de caixa contratual prever pagamento de principal e juros, em datas específicas.

Ativo Financeiro - Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes - VJORA:

- Objetivo de gerar retorno pelo recebimento de fluxos de caixa contratual, quanto pela venda do ativo.
- O fluxo de caixa contratual prever pagamento de principal e juros, em datas específicas.

Ativo Financeiro - Valor Justo no Resultado - VJR:

- Demais casos.

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a avaliação da administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, todos os ativos financeiros e passivos financeiros da Agência, de acordo com seu modelo de negócios estão avaliados ao Custo Amortizado.

**h) Operações de Crédito**

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não são apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 90 dias ou caracterizadas como ativo problemático. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, inclusive, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito e outras operações com características de crédito estão classificadas devidamente com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução nº BCB Nº 352/2023, no qual requer uma análise periódica e classificação das carteiras conforme garantia, risco de crédito, e demais características, classificadas em Perdas Esperadas e Perdas Incorridas conforme regulamentação em vigor.

**i) Perdas esperadas e incorridas de Risco de Créditos**

A Agência, segue os parâmetros de estimativa com perdas associadas ao risco de crédito, em conformidade com os critérios definidos pelas Resoluções 4.966/21 CMN e 352/23 BCB.

A provisão para perdas esperadas, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 – de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, em consonância com o artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 – considerando o aumento significativo do risco de crédito.

**j) Taxa Efetiva de Juros**

Conforme estabelecido pela Resolução BCB 352/2023, a taxa de juros efetiva dos instrumentos financeiros deve ser determinada pela taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. No qual instrumento financeiro e devem ser reconhecidos no resultado, no mínimo, por ocasião dos balancetes e balanços através de critério *pro rata temporis*.

**k) Stop Accrual e Ativo problemático**

A caracterização do ativo financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) dentre tais características consta o atraso superior acima de 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, e indicativos que a obrigação não será honrada sem que seja necessário recorrer a garantias ou colaterais. A norma veda qualquer reconhecimento no resultado, de receita não recebida referente a ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

**l) Imobilizado em Uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Entidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo:

- Móveis e utensílios e equipamentos - 10% ao ano;
- Sistemas de comunicação (equipamentos de comunicação) - 10% ao ano;
- Sistemas de processamento de dados (equipamentos de informática) - 20% ao ano; e
- Sistemas de Transporte - 20% ao ano.

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**m) Ativo Intangível**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Os ativos intangíveis existentes possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos de softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 25% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso.

Quando aplicável, os gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo, quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

**n) Imposto de Renda e Contribuição Social**

A Agência de Fomento de Alagoas S/A está sujeita ao regime de tributação com base no lucro real e reconhece a provisão para imposto de renda mensalmente pelo regime de competência à alíquota de 15% mais adicional de 10%, este último quando aplicável. A contribuição social é calculada sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda, na forma da legislação, à alíquota de 20%.

Conforme faculta a legislação tributária, a Agência de Fomento de Alagoas S/A, optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa do resultado, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

**o) PIS e COFINS**

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre o faturamento permitindo-se à dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

**p) Utilização de Estimativas**

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

**q) Contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, do CMN, sendo:

**Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

**Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

**Obrigações Legais:** provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

**r) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão.

São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A Administração entende que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

**s) Implementação da Resolução CMN nº 4.966/2021**

De acordo com resolução CMN nº 4.966/21, existe a obrigatoriedade, entre outros, que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base em conceito de perda esperada. Em substituição entre outras normas as Resoluções CMN nº 2.682 e nº 3.533, bem como as Circulares nº 3.068 e 3.082. Essa norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

Estabelece, também, critérios que deverão ser aplicáveis aos ativos financeiros, no que se refere à constituição de provisão para perda de crédito, e sua vigência será a partir de 01 de janeiro de 2025. Os critérios contábeis estabelecidos pela normativa foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

**t) Lei 14.467/2022 e tratamento tributário**

Conforme Lei 14.467/2022, a partir de 2025 as instituições financeiras poderão deduzir na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos, conforme os critérios estabelecidos na legislação. Para as perdas apuradas em 01/01/2025 referentes a créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas ou não tenham sido recuperadas, somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real, na razão de 1/84 avos a partir de janeiro de 2026, ou na razão de 1/120 avos para aquelas que optarem até 31/12/2025 de forma irrevogável e irretratável.

**u) Informações Comparativas**

Conforme dispõe o art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, as Instituições Financeiras estão dispensadas da apresentação de informações comparativas nas demonstrações financeiras de 2025 com relação a exercícios anteriores.

Dessa forma, não estão sendo apresentados nessa demonstração financeira as informações comparativas relativas ao exercício de 2024.

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**4. Títulos e Valores Mobiliários**

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

<b><u>Cotas de Fundo de Investimento - CP</u></b>	<b><u>31/12/2025</u></b>
Fundo BB - SP	424
Fundo BB - SP Diferenciado - Cta. 7980-4	10.407
Caixa Safira Corporativo RF LP	16.724
BB RF CP Automático	15
BB SP DIF. FAMPE	1.046
<b>Subtotal</b>	<b>28.616</b>
<b><u>Títulos Mantidos até o Vencimento - LP</u></b>	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT-B	5.373
<b>Subtotal</b>	<b>5.373</b>
<b><u>TOTAL Títulos e Valores Mobiliários</u></b>	<b><u>33.989</u></b>

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal e lastreados em títulos públicos federais. As Letras Financeiras do Tesouro possuem vencimento em 01/03/2027, pós-fixadas com rentabilidade diária indexada ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2025, a Agência de Fomento de Alagoas S/A não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**5. Operações de Crédito**

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2025 estavam assim compostas:

**a) Composição da Carteira por Tipo**

<b><u>Setor Privado</u></b>	<b><u>31/12/2025</u></b>
Empréstimos e Financiamentos - Recursos Próprios	16.662
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(2.099)
<b>Empréstimos - Repasses</b>	<b>7.413</b>
<i>FINEP/FUNGETUR</i>	8.493
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(1.080)
<b>Total da Carteira</b>	<b>21.977</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.782</b>
Empréstimos	10.752
Financiamentos	3.128

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Circulante	(2.099)
<b>Não Circulante</b>	<b>10.195</b>
Empréstimos	5.910
Financiamentos	5.365
(-) Provisão - Estimativa de Perdas - Não Circulante	(1.080)
<b>Total da Carteira</b>	<b>21.977</b>

b) Composição da Carteira por Setor de Atividade

	<u>31/12/2025</u>
<b>Setor Privado</b>	
Indústria	1.881
Comércio	7.297
Outros Serviços	15.194
Agropecuária	783
<b>Total</b>	<b>25.155</b>
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.178)
<b>Total</b>	<b>21.977</b>

c) Composição da Carteira por Vencimento

<b>Vincendas</b>	
Até 30 dias	2.758
De 31 a 60 dias	1.587
De 61 a 90 dias	1.161
De 91 a 120 dias	1.102
De 121 a 150 dias	1.049
De 151 a 180 dias	1.011
Acima de 180 dias	16.487
<b>Total</b>	<b>25.155</b>
(-) Provisão - Estimativa de Perdas	(3.178)
<b>Total</b>	<b>21.977</b>

d) Composição por Carteira

Classificação	Não Problemáticos	Ativos problemáticos		Total Carteira	Total Perda	Valor líquido
		Adimplentes	Inadimplentes			
C1	3.137		1367	4.504	(201)	4.304
C2	1.547			1.547	(27)	1.520
C3	14.087	1.433	2.016	17.536	(2.474)	15.062
C5	989	73	506,52121	1.568	(476)	1.092
<b>Total</b>	<b>19.760</b>	<b>1.505</b>	<b>3.890</b>	<b>25.155</b>	<b>(3.178)</b>	<b>21.977</b>

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Concentração dos maiores tomadores de crédito

	31/12/2025	
	Valor	%
Maior	1.028	4,09%
5 maiores seguintes	3.018	12,00%
10 maiores seguintes	2.704	10,75%
15 maiores seguintes	1.536	6,10%
20 maiores seguintes	1.326	5,27%
30 maiores seguintes	1.570	6,24%
Demais	13.974	55,55%
<b>Total</b>	<b>25.155</b>	<b>100,00%</b>
(-) Provisão - Estimativa com Perdas	(3.178)	(12,63)
<b>Total</b>	<b>21.977</b>	<b>87,37%</b>

A carteira de crédito em 31 de dezembro de 2025 apresentou o valor de R\$ 21.977 mil, tendo um aumento de 7,06% em comparação ao final do exercício anterior.

f) Perdas Esperadas e Incorridas de Crédito - Operações de Crédito:

	31/12/2025
<b>Saldo no Início do Período</b>	<b>3.465</b>
Efeito da Resolução CMN 4.966/2021	(953)
Provisão Constituída	2.666
(-) Reversão da Provisão	(1.174)
Créditos Baixados para Prejuízo	(825)
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>3.179</b>

A estimativa com perdas para operações de crédito de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2025 indicou 12,63% da carteira de crédito.

6. Outros Créditos, Valores e Bens

No subgrupo Outros Créditos são registrados os valores a receber do Governo do Estado de Alagoas, que estão provisionados, os impostos a recuperar e adiantamentos. Já no subgrupo Outros Valores e Bens estão registrados os valores dos bens em estoque e as despesas antecipadas, como exposto no quadro a seguir:

	31/12/2025
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.050</b>
Adiantamentos e Antecipações Salariais	46
Adiant. p/Pagto. de nossa Conta - Repasses a clientes	386
Impostos e Contribuições a Compensar	608
Créditos a Receber Pró-renda - SEFAZ/AL	-
Outros Pagamentos a Compensar	10

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>3</b>
Material em Estoque	3
Despesas Antecipadas	-
<b>TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS</b>	<b>1.053</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.053</b>
Outros Créditos	1.050
Outros Valores e Bens	3
<b>Não Circulante</b>	<b>-</b>
Outros Créditos	-
Outros Valores e Bens	-
<b>TOTAL DE OUTROS CRÉDITOS E VALORES E BENS</b>	<b>1.053</b>

- a) No final do exercício de 2025, há o registro de impostos a recuperar no montante de R\$ 608 mil, onde 179 mil refere-se ao imposto de renda e R\$ 287 mil correspondem a CSLL a recuperar ambos incididos sobre o pagamento indevido realizado em 31 de janeiro de 2023. Também foram pagos indevidamente PIS no Valor de R\$ 18 mil e COFINS no montante de R\$ 110 mil. Foi requerido em 25/09/2024 à Receita Federal a compensação desses impostos através do Processo Digital nº 10410.908075/2024-48. O referido processo encontra-se aguardando parecer do setor responsável.

	<b>31/12/2025</b>
Imposto de Renda a Compensar	179
CSLL a Compensar	287
PIS S/Receitas Operacionais a Compensar	18
COFINS S/Receitas Operacionais a Compensar	111
Outros Impostos	14
<b>Saldo Final do Período</b>	<b>608</b>

- b) Durante o exercício de 2025, foi recebido do Tesouro Estadual o pagamento de R\$ 3.223 mil correspondente a duas parcelas da dívida da Linha de crédito do PRO RENDA conforme a Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021, no qual o Tesouro se comprometeu em pagar o montante de R\$ 21.487 mi. No exercício de 2024 ocorreu pagamento de 10% de entrada, no valor de R\$ 2.148 mil, e R\$ 4.834 mil correspondentes a 03 parcelas, desta forma revertendo parte do valor reconhecido anteriormente como perda referente as amortizações das parcelas e juros devidos. Ainda resta R\$ 11.281 mil a serem pagos.

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado de Uso e Intangível

7.1 Imobilizado de Uso e Intangível

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e intangível, e as respectivas depreciações e amortizações:

IMOBILIZADO	Móveis e Equipamentos	Sistema de Comunicação	Sistema de Proc. de Dados	Sistema de Segurança	Depreciação Acumulada	TOTAL DO IMOBILIZADO
Em 31 de Dezembro de 2024	1.871	19	3.040	16	(4.148)	799
Aquisições	11	-	-	-	(206)	(195)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2025	1.882	-	-	-	(4.354)	603
Mutações do exercício 2025	11	-	-	-	(206)	(195)

INTANGIVEL	Intangíveis adquiridos antes 1ºout/13	Intangíveis adquiridos a partir 1ºout/13	Amortização Acumulada	TOTAL DO INTANGIVEL
Em 31 de Dezembro de 2024	555	10	(565)	-
Aquisições	-	-	-	-
Transferências e Ajustes	-	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2025	555	10	- 565	-
Mutações do exercício 2025	-	-	-	-

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Obrigações por Repasses

	<b>31/12/2025</b>
<b>Obrigações por repasse</b>	<b>16.397</b>
FINEP (a)	1.089
FUNGETUR (b)	15.308
<b>TOTAL DE OBRIGAÇÕES POR REPASSE</b>	<b>16.397</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.089</b>
Obrigações por Repasses - FINEP	1.089
<b>Não Circulante</b>	<b>15.308</b>
Obrigações por Repasses - FINEP	-
FUNGETUR	15.308
<b>TOTAL DE OBRIGAÇÕES POR REPASSE</b>	<b>16.397</b>

a) Refere-se a recursos captados junto a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP - para realização de operações do Programa INOVACRED.

	<b>31/12/2025</b>			
<b>Classificação</b>	<b>Saldo</b>	<b>Encargos</b>	<b>Total</b>	<b>Vencimento</b>
Curto Prazo	239	847	1.086	Até 31/12/2025
Longo Prazo	2.111	1,00	3	Após 31/12/2025
<b>Total</b>	-	-	<b>1.089</b>	

b) Recurso destinado a empresas que apresentem projetos de inovação e Prestação de Serviços através da Agência na qualidade de Agente Financeiro do FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo (MTUR), intermediando as operações de financiamentos privados de capital fixo, compreendendo as obras civis para ampliação, modernização e reforma em bens, assim como capital de giro de empreendimentos de finalidade ou interesse do turismo nacional, abrangendo preferencialmente as micro, pequenas e médias empresas, legalmente constituídas e estabelecidas, que exerçam atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do setor.

Durante janeiro de 2025 a Agência encerrou seu contrato vigente até 10 de janeiro de 2025 junto ao Ministério do Turismo, conforme contrato administrativo 009/2019, desta forma devolvendo o saldo disponível para contratação após as devidas tratativas junto as operações em andamento. Deste modo, houve a devolução do montante de R\$ 6.206 mil na data de 13 de janeiro de 2025.

Em 23 de outubro de 2025 a Agência assinou um novo Contrato com o Ministério do Turismo, o nº do Contrato Administrativo é 004/2025, Processo Nº

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

72031.003391/2025-24 o valor total da contratação para esse novo instrumento foi de R\$ 9.060 mil que foi recebido em 29 de Outubro de 2025.

## 9. Outras Obrigações

	<u>31/12/2025</u>
Fecoep (a)	743
Cobrança e Arrec.de Tributos	64
Fiscais e Previdenciárias (b)	326
Seguro Garantia Operação FAMPE	109
<b>Diversas Obrigações</b>	<b>819</b>
Provisão para Pagamentos (c.1)	581
Créditos Diversos (c.2)	103
Provisão para Contingência(c.1)	136
<b>Totais Outras Obrigações</b>	<b>2.062</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.216</b>
<b>Não circulante</b>	<b>845</b>
<b>Total</b>	<b>2.062</b>

Nesse subgrupo apresentam-se as obrigações tributárias a recolher, obrigações e provisões junto a fornecedores e pessoal, fundos financeiros e de desenvolvimento - FECOEP e subvenção governamental, como exposto a seguir:

Estes valores são distribuídos da seguinte forma:

### a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento - FECOEP

É composto por recursos recebidos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECOEP, sendo este Fundo administrado pela SEFAZ/AL e tem por objetivo financiar empreendedores dos grupos de oportunidade local para o desenvolvimento e repasse às Cooperativas de Crédito e Associações para aplicação junto a beneficiários finais e reforço de suas carteiras de crédito.

	<u>31/12/2025</u>
<b>Projeto</b>	
ALAGOAS CIDADÃ	93
COOPMAIS	743
<b>TOTAL FECOEP</b>	<b>743</b>

O programa COOPMAIS - Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas, visa profissionalizar a gestão das cooperativas e associações de produção existentes e fomentar o investimento desses organismos produtivos no Estado para apoio aos negócios de pequeno porte, agricultura familiar e cooperativismo, além de promover a inclusão produtiva e as agroindústrias em Alagoas.

O Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas - PROCAP, tem como objetivo fomentar a expansão e o fortalecimento institucional de organizações operadoras de microcrédito em Alagoas, mediante a seleção de propostas de apoio financeiro. Desta forma, as instituições contempladas poderão atender as

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

comunidades de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sem acesso ao sistema financeiro formal.

Durante o mês de setembro de 2023 foi aprovado pelo Conselho Integrado de Políticas de Inclusão Social - CIPIS, a utilização do saldo do passivo da Agência referente ao FECOEP, para anistia total, parcial e renegociação das operações de crédito efetuadas anteriormente pela Agência que se encontravam em prejuízo. A autorização da anistia total, parcial e renegociação foi efetivada através do Decreto Estadual 93.927, de 09 de outubro de 2023.

Deste modo, o saldo residual do passivo da Agência referente ao FECOEP foi compensado com base na anistia das operações de créditos, provenientes do Fundo do qual encontravam-se em prejuízo, ocasionando a redução do passivo no montante total de 3.045 mil, referente ao total anistiado.

**b) Fiscais e Previdenciárias**

	<u>31/12/2025</u>
Impostos e contribuições sobre Serviços	31
Impostos e contribuições sobre Salários	251
Outros Impostos e Contribuições (PIS e COFINS)	44
<b>TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>326</b>

**c) Provisões**

	<u>31/12/2025</u>
Provisão com pessoal e encargos	485
Provisão para pagamento a fornecedores	96
Provisão para contingências	136
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>	<b>715</b>

**d) Créditos diversos**

	<u>31/12/2025</u>
Adiantamento recebido de Garantias	14
Subvenção Governamental Imobilizado	88
<b>Subtotal</b>	<b>103</b>

**10. Provisões e Passivos Contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução BACEN nº 3.823/09).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes podem ser classificados em remoto, possível e provável. Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

categorias de risco de perda: provável, possível e remota, levando se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com a assessoria jurídica da agência consta o valor provável de R\$ 135 mil referente a valor de R\$ 1 mil remanescente de contingência regulatória que vem sendo pago durante o exercício, conforme nota 9 c), bem como R\$ 134 mil referente 2 processos de natureza cível. Adicionalmente, quanto a ações caracterizadas como prognóstico de perda possível com efeitos de divulgação figura 2 litígios cíveis com valor estimado de perda de R\$ 32 mil.

## 11. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 80.414 mil, representado por 8.041 mil ações ordinárias nominativas, cada ação no valor de R\$ 10,00, assim compostas:

	31/12/2025	
	Valor	%
Governos do Estado de Alagoas	80.406	99,99%
Outros Acionistas - Setor Privado	8	0,01%
<b>Total</b>	<b>80.414</b>	<b>100%</b>

### b) Resultado do Período

No final do exercício de 2025, a Instituição apresentou um prejuízo contábil líquido no valor de R\$ 6.325 mil, o que representa um prejuízo por lote de mil ações de R\$ 0,79.

Quanto a rubrica contábil de prejuízos acumulados no final do exercício de 2025, a agência apresentou saldo de R\$ 40.660 mil.

## 12. Operações de Crédito

As receitas provenientes das operações de créditos realizadas pela agência de fomento do estado de alagoas estão assim classificadas:

<b>Operações de Crédito</b>	<b>31/12/2025</b>
Rendas De Empréstimos	1.920
Rendas De Financiamentos	367
Rendas De Finan. C/ Interveniência	380
<b>Total</b>	<b>2.666</b>

## 13. Rendas de Títulos e Valores Mobiliários

Receitas reconhecidas mediante rentabilidade das contas bancárias de aplicações da desenvolve, estão apresentadas da seguinte forma:

<b>Rendas de Títulos e Val. Mobiliários</b>	<b>31/12/2025</b>
Rendas de Títulos De Renda	685
Rendas de Aplic. Em Fundo De Invest.	3.566

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Total</b>	<b>4.251</b>
--------------	--------------

#### 14. Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito

O saldo apresentado para as reversões/provisões de créditos no exercício de 2025 está compósito da seguinte forma:

<b>Reversão / (Provisão) para Operação de Crédito</b>	<b>31/12/2025</b>
Reversão de Provisões Operacionais	1.173
Reversão de Provisões Operacionais - SEFAZ (a)	1.612
Provisões P/Operações de Crédito - SEFAZ	(2.143)
Provisões P/Operações de Crédito	(2.666)
<b>Total</b>	<b>(2.024)</b>

- (a) Parte do valor reconhecido anteriormente como perda referente as parcelas e os juros devidos da SEFAZ, foi revertido no período devido a negociação junto ao Tesouro Estadual, no qual foi repassado 10% de entrada em maio/2024, e o montante residual será repassado em 12 parcelas de R\$ 1.611 mil. Vale salientar que no exercício de 2025 a Agência recebeu R\$ 3.223 mil, pagos pela SEFAZ/AL, referentes a 4ª e 5ª parcelas da linha de crédito Pró-renda, que inclusive, já foram baixadas como prejuízo, esse montante foi reconhecido no resultado na conta de reversão das provisões.

#### 15. Despesas Operacionais

As despesas operacionais da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostas:

**a) Despesas com Honorários**

Os valores são apresentados a seguir:

	<b>31/12/2025</b>
<b>Despesas com Honorários</b>	<b>1.091</b>
Conselho Fiscal	72
Conselho de Administração	355
Diretoria	664

**b) Despesas com Pessoal**

Os valores são apresentados a seguir:

	<b>31/12/2025</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>6.810</b>
Benefícios	665
Encargos Sociais	1.564
Proventos	4.022
Treinamento	18
Estagiários	73
Despesas com Provisões	469

#### 16. Despesas administrativas

As despesas administrativas da Instituição, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estavam assim compostas:

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Despesas Administrativas</b>	<b>31/12/2025</b>
Despesas Energia, Água e Gás	124
Despesas de Aluguéis	606
Despesas Comunicações	36
Despesas Manutenção e Conservação de Bens	95
Despesas de Materiais	59
Despesas de Processamento de dados	731
Despesa com Propaganda e Publicidade	874
Despesa de Publicações	133
Despesas de Seguros	2
Despesas de Serv. Do Sistema Financeiro	263
Desp. c/ Serviços de Terceiros	322
Despesa de Serviços de Vigilância	8
Despesa com Serviços Técnicos Especializados	158
Despesas de Transportes	217
Despesas de Viagem no País	161
Outras Despesas Administrativas	940
<b>Total</b>	<b>4.729</b>

**17. Despesas tributárias**

<b>Despesas Tributárias</b>	<b>31/12/2025</b>
COFINS	311
PIS/PASEP	51
Atualização Monetária de Impostos	32
Outras Despesas Tributárias	51
<b>Total</b>	<b>446</b>

**18. Outras receitas / (despesas) operacionais**

Em 31 de dezembro de 2025, as outras receitas e despesas operacionais estavam representadas da seguinte forma:

	<b>31/12/2025</b>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>	<b>1.833</b>
Recuperação de Créditos baixados como prejuízo	687
Outras Receitas Operacionais	789
Reversão de Provisões Passivas - Contingências	358
<b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>298</b>
Descontos Concedidos	288
Outras	10
<b>Total</b>	<b>1.535</b>

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 19. Receitas e Despesas Não-Operacionais

<b>Outras Receitas não Operacionais</b>	<b>31/12/2025</b>
Recebimento para Custeio - Subvenções governamentais	-
Atualização monetária valores a compensar	38
<b>Total</b>	<b>38</b>

#### 20. Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17 a Agência de Fomento de Alagoas S/A definiu sua política de Gerenciamento de Capital com o objetivo de monitorar e controlar o seu capital, mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Agência.

#### 21. Gerenciamento de Riscos

Em 2025, as ações de gerenciamento de riscos estiveram voltadas, principalmente, para a atualização/elaboração dos procedimentos internos da Agência. Além disso, as políticas de riscos foram desmembradas e atualmente cada risco tem sua política de forma separada. Estas já foram analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração da Agência.

A Agência de Fomento de Alagoas S/A, segue adotando medidas visando o atendimento aos normativos editados pelo BACEN (CMN), e que são aderentes à Agência, com melhorias nos processos internos, adequando a estrutura de gestão dos riscos, tornando-a compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, deixando-os proporcionais à dimensão da exposição dos riscos.

#### 22. Transações com Partes Relacionadas

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Alagoas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Agência manteve como principais transações com o Estado os registros efetuados decorrentes da Lei Estadual 8.467 de 14 de julho de 2021, referentes as operações PRO RENDA, sua respectiva negociação, bem como o recebimento de uma parcela durante 2025.

#### 23. Outras Informações

##### a) Seguro

A Agência de Fomento de Alagoas S/A tem como política manter a cobertura de seguros dos principais ativos, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos.

##### b) Empréstimos ou Adiantamentos

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras, autorizadas a funcionar pelo BACEN, não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

I) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

II) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

III) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Agência de Fomento de Alagoas S/A  
Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais, exceto  
quando indicado de outra forma)

Dessa forma, não são efetuados pela Agência de Fomento de Alagoas S/A empréstimos ou adiantamentos a qualquer parte relacionada, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva, e seus familiares.

Diretoria Executiva em 18 de março de 2026

**Michael Pereira Barros**  
Diretor de Operações

**Antônio Tenório Cavalcante Neto**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Eduardo Brasil Barreto**  
Diretor Presidente

**Caroline Albuquerque Toledo**  
Diretora de Desenvolvimento e Projetos

**Marcio Teodoro de Lima Santos**  
Contador - CRC AL-005297/O